



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PEDAGOGIA

ADRIANA MARIA SANTOS DE SOUZA

**CRESCIMENTO DE MATRICULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
NA ÚLTIMA DÉCADA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SALVADOR**

Salvador
2010

ADRIANA MARIA SANTOS DE SOUZA

**CRESCIMENTO DE MATRICULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
NA ÚLTIMA DÉCADA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SALVADOR**

Monografia apresentada ao colegiado de Pedagogia da
Faculdade de Educação como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dra. Theresinha Guimarães Miranda

Salvador
2010

ADRIANA MARIA SANTOS DE SOUZA

**CRESCIMENTO DE MATRICULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
NA ÚLTIMA DÉCADA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SALVADOR**

Monografia apresentada ao colegiado do curso de Pedagogia, Faculdade Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Banca Examinadora

Theresinha Guimarães Miranda _____
Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo.
Universidade Federal da Bahia
Orientadora

Félix Marcial Díaz Rodríguez _____
Doutor em Ciências Pedagógicas pelo Instituto Central de Ciências
Pedagógicas Del Mined.
Professo Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia

Amanda Botelho Corbacho Martinez. _____
Mestranda em Educação em Educação pela Universidade Federal da Bahia.

Salvador

2010

A minha mãe, Flaviana mulher guerreira que não mediu esforços para que seus filhos pudessem estudar.

AGRADECIMENTOS...

Primeiramente a Deus pela oportunidade de chegar onde eu sempre quis.

Minha mãe Flaviana, a quem dedico essa vitória e nunca mediu esforços para que eu e meus irmãos pudéssemos estudar.

Meus irmãos Arlete, Alex, Alexandre, Adison e Adriano pelo apoio e incentivo.

Meus sobrinhos, Diego, Júnior e Lisandra, pelos momentos de alegrias em meio às preocupações acadêmicas.

Minha tia Blandina pelas palavras de incentivo e o apoio durante todo o período na faculdade.

À professora Theresinha Miranda, orientadora, atenciosa, obrigada por todo o aprendizado durante os anos de convivência.

Na faculdade conhecemos muitas pessoas, mas poucas podemos dizer que a amizade vai continuar após a faculdade Aline, Patrícia e Vanessa pela amizade construída desde o primeiro semestre.

Um agradecimento especial a família de Aline, dona Iraci, Hércules, dona Celice e dona Irene que me receberam como se eu fosse um membro da família no início e durante toda a faculdade.

Aos professores: Teresinha Fróes, pela primeira oportunidade. Iracy Picanço por todo o aprendizado dentro e fora da sala de aula; Lícia Beltrão que me encantou em suas aulas dentro e fora da sala de aula; Alessandra Barros pelas palavras de incentivo.

Aos amigos:

Élida, pelo apoio, calma e paciência ao tirar minhas dúvidas antes e durante a monografia; Eliane Nascimento pelas conversas no GEINE e ao telefone; Náira pelas tardes alegres no GEINE; Adriana de Jesus, Amanda, Daiane, Janete, Jéssica, Luciene, Marcus Welby com sua alegria contagiante, Nívea, Ivanildes e Renata pelas conversas nas longas viagens de ônibus, Priscila, Valdete, por sempre ter uma palavra de apoio e Viviane.

A todos do GEINE, pela união, acolhimento, aprendizado que me fizeram entender o que é um grupo de pesquisa no verdadeiro sentido da palavra;

Aos outros colegas de curso, com quem compartilhei alegrias, tristezas, expectativas, vitórias enfim... tudo o que é possível na busca de um grande sonho.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e
promover a escola das diferenças"
(Maria Teresa Égler Mantoan)

RESUMO

Nas últimas décadas a escola tem buscado promover a inclusão de todos os alunos no ensino regular. O presente estudo teve como principal objetivo analisar o crescimento das matrículas de alunos com deficiência na última década nas escolas regulares de Salvador. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e análise documental, além de busca a *sites* como: MEC, INEP, SECULT para buscar dados referentes às matrículas de alunos com deficiência no ensino regular na última década. Foi estudado o percurso histórico da educação das pessoas com deficiência, enfocando os paradigmas da educação: Exclusão, Segregação, Integração e Inclusão. Foram analisados nove documentos normativos que tratam da questão da inclusão a partir da Constituição Federal de 1988. Os resultados apontam que houve um crescimento de matrículas na rede municipal de Salvador na última década devido a as políticas públicas e a municipalização do Ensino Fundamental I, porém as políticas públicas precisam garantir além da matrícula a permanência do aluno com deficiência na escola tornando-a atrativa para ele. Por outro lado é possível observar que os alunos que tem um acompanhamento da família e fazem complementação em outras instituições tem obtido sucesso escolar. Conclui-se que nas escolas municipais a inclusão vem acontecendo, de maneira bastante precária, pois em algumas escolas faltam rampas de acesso, banheiros adaptados, corrimões *etc.*, materiais específicos para que o professor trabalhe com os alunos com deficiência e uma das maiores queixas dos professores, a formação voltada para a educação inclusiva. Portanto espera-se que com a implantação das salas de apoio multifuncionais nas escolas municipais, os alunos com deficiência possam ter uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Alunos com Deficiência; Escola Regular; Inclusão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Crescimento das matrículas de alunos com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental em Salvador de 1999 a 2009	52
Figura 1	Mapa digital da cidade de Salvador dividida por CRE e quadro com o número de escolas de cada CRE	57
Gráfico 2	Faixa etária e percentual de alunos com deficiência conforme dados coletados	60
Gráfico 3	Faixa etária sexo dos alunos com deficiência conforme dados coletados	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Alunos matriculados na educação especial na cidade de salvador entre os anos de 1999 a 2003.....	45
Tabela 2	Matrículas de alunos com deficiência em classes regulares e em educação especial em salvador nos anos de 2004 a 2007.....	47
Tabela 3	Matrículas de alunos com deficiência nas escolas regulares na cidade de salvador em 2007.....	49
Tabela 4	Matrículas de alunos com deficiência nas escolas regulares na cidade de salvador em 2008	50
Tabela 5	Matrículas de alunos com deficiência nas escolas regulares da cidade de salvador	51
Tabela 6	Alunos com deficiência matriculados por deficiência e etapa de ensino nas escolas municipais de salvador em 2010.....	58
Tabela 7	Alunos com deficiência por faixa etária, frequência e percentual de acordo com os dados coletados	59
Tabela 8	Número de alunos por a deficiência e gênero	61
Tabela 9	Distribuição de alunos por deficiência e etapa de ensino de acordo com os dados coletados	62
Tabela 10	Número de vezes que os alunos com deficiência já repetira uma série	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CORDE	Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GEINE	Grupo de Estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEE	Política Nacional de Educação Especial
PPGE	Programa de Pós-graduação em Educação da UFBA
SECULT	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer
SEESP	Secretaria da Educação Especial
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	TRAJETÓRIA DOS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	17
2.1	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO.....	18
2.1.1	Exclusão	19
2.1.2	Segregação	21
2.1.3	Integração	24
2.1.4	Inclusão	26
3	ASPECTOS LEGAIS DA INCLUSÃO	29
3.1	A CONSTITUIÇÃO DE 1988	30
3.2	A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA	31
3.3	LEI N.º 7.853 DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 - APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA – CORDE	32
3.4	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) LEI Nº 8069 DE 13 DE JULHO DE 1990	33
3.5	A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA	35
3.6	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL LDB 9394/96.....	35
3.7	RESOLUÇÃO CNE Nº 2 DE 11 DE SETEMBRO DE 2001- DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA	37
3.8	POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (PNEE) DE 2008	39
3.9	O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SALVADOR 2010-2020: NOVAS PERSPECTIVAS	40
4	EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE SALVADOR DE 1999 A 2009	43
4.1	MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR ENTRE OS ANOS DE 1999 A 2009	44
5	A SITUAÇÃO ATUAL E DADOS SOBRE A INCLUSÃO EM SALVADOR	53
5.1	A PESQUISA	53
5.2	O PERCURSO METODOLÓGICO	54

5.2.1	O campo e os sujeitos da pesquisa.....	55
5.3	.PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS.....	55
5.4	O SISTEMA DE ENSINO DE SALVADOR: caracterização.....	56
5.5	RESULTADOS DA PESQUISA.....	57
5.5.1	Os resultados da pesquisa de Campo.....	59
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

INTRODUÇÃO

Historicamente as pessoas com deficiência foram excluídas do convívio social e da escolarização. Segundo Blanco e Glat (2007) a Educação Especial se configurou tradicionalmente como um sistema paralelo ao ensino, porém nas últimas décadas as políticas educacionais estiveram voltadas para promover a inserção de todos os educandos no sistema regular de ensino. Hoje segundo as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a educação especial é:

uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis etapas, modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (REVISTA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2008, p. 14)

A proposta de Educação Inclusiva se fundamenta no princípio da educação de qualidade para todos. Para Blanco e Glat (*op cit*) a educação inclusiva é a inserção e permanência de alunos com deficiência ou outras condições que afetam a aprendizagem no ensino escolar, cabendo à escola se responsabilizar e transformar a proposta pedagógica, flexibilizar o currículo e fazer as adaptações necessárias para dar a resposta educativa à criança com necessidades educativas especiais

Carneiro define Educação Inclusiva como:

Conjunto de processos educacionais decorrente da execução de políticas articuladas impeditivas de qualquer forma de segregação e de isolamento. Essas políticas articuladas buscam alargar o acesso à escola regular, ampliar a participação e assegurar a permanência de TODOS OS ALUNOS nela, independentemente de suas particularidades. Sob o ponto de vista prático, a educação inclusiva garante a qualquer criança o acesso ao Ensino Fundamental, nível de escolaridade obrigatório a todo cidadão brasileiro. (CARNEIRO, 2007, p. 29)

Nessa perspectiva, a inclusão do aluno com deficiência na escola regular na escola regular representa um constante desafio que é não apenas o acesso, além da matrícula deve garantir também a permanência.

As inquietações sobre a temática da Educação inclusiva têm origem na trajetória percorrida pela autora ao ingressar no curso de Pedagogia, realizado nesta Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA. O interesse

pelo tema em estudo – Crescimento das matrículas de alunos com deficiência no ensino regular - surgiu no ano de 2008, quando cursei a disciplina Educação do Deficiente Mental e tive a oportunidade de participar como bolsista de iniciação científica de uma pesquisa intitulada “A permanência e a progressão escolar de alunos com deficiência no ensino regular” sob a orientação da Profª Drª Theresinha Guimarães Miranda. É importante ressaltar que participação em seminários, congressos, encontros, palestras etc., foi essencial na ampliação dos estudos sobre a temática, fazendo com que o interesse aumentasse cada vez mais pela área.

Levando em consideração o interesse da autora pela questão da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular em Salvador, a pesquisa traz o seguinte questionamento: Os alunos com deficiência inseridos no ensino regular têm obtido progressão em sua escolaridade?

Nessa perspectiva, este trabalho monográfico pretende estudar o crescimento das matrículas de alunos com deficiência no ensino regular em Salvador na última década tendo como objetivo geral:

*Analisar o crescimento das matrículas de alunos com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental na cidade de Salvador entre os anos de 1999 a 2009.

E como objetivos específicos:

* Analisar o percurso histórico da educação das pessoas com deficiência e os principais documentos que contribuíram para a inclusão e escolarização de alunos com deficiência;

* Apresentar os números referentes ao crescimento das matrículas na última década de alunos com deficiência desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental II e discutir o atendimento nas escolas municipais de Salvador;

* Identificar e discutir os indicadores de escolaridade de alunos com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental em Salvador.

A metodologia utilizada para construir o presente estudo foi à pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2009, p 50) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A pesquisa bibliográfica se fundamenta com base nas bibliografias de autores como: ARANHA (2005), BUENO (1997), CARNEIRO (2007), CARVALHO (1997, 2007), BLANCO e GLAT (2007),

FERREIRA E GUIMARÃES (2003) MACHADO (2005) MAZZOTA (1996), SASSAKI (2002) etc. Foram utilizados também documentos: Constituição Federal de 1988, Constituição do Estado da Bahia, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), LDB 9394/96, Plano Nacional de Educação, Resolução CNE Nº 2 de 11 de setembro de 2001, Plano Municipal de Educação da cidade de Salvador etc. além de consulta a relatórios de pesquisa sobre a temática e os sites do INEP, MEC, IBGE, Secult etc.

O presente trabalho está estruturado em cinco seções, a primeira seção traz a introdução, objetivos geral e específicos, conceitos Educação Inclusiva, metodologia, divisão e o referencial teórico que norteou o trabalho.

A segunda seção trará o histórico da inclusão de pessoa com deficiência nas escolas regulares de acordo com os paradigmas educacionais: Exclusão, Segregação, Integração, e Inclusão que é o paradigma atual.

Na seção intitulada Aspectos legais da inclusão, e serão apresentados alguns documentos oficiais que consideramos os mais importantes da última década para a inclusão de pessoas com deficiência nas classes regulares entre eles: a Constituição de 1988, Constituição da Bahia, Declaração de Salamanca, LBD9394/96, Resolução CNE Nº 2/2001, PNE, e o Plano Municipal de educação 2010-2020. Esses documentos virão em ordem cronológica.

A seção de título A situação atual e dados sobre a inclusão em Salvador, serão apresentados os dados da pesquisa intitulada “A permanência e progressão escolar do aluno com deficiência no ensino regular” em que são apresentados dados desde a estrutura e a forma como estão organizadas as escolas municipais de Salvador, bem como número, divisão por CRE (Coordenadoria Regional de Educação) e localização das escolas e resultados da pesquisa de campo.

A última seção traz as considerações finais em relação o tema discutido, buscando trazer elementos que possam contribuir para o debate em relação a inclusão na cidade de Salvador. E, por fim conclui-se que em 2010 o que há de mais urgente em relação à inclusão nas escolas municipais de Salvador é a formação contínua dos profissionais em educação relacionada a educação inclusiva e a implantação das salas de recursos multifuncionais prevista no Plano municipal de Educação, com o objetivo de desenvolver as potencialidades dos alunos com deficiência

A importância deste trabalho se dá pela necessidade de trazer uma discussão sobre inclusão na rede municipal de ensino de Salvador para a universidade e uma reflexão sobre como as escolas estão recebendo estes alunos além do que são poucos os estudos que tratam do interior das instituições escolares. Assim sendo, através da análise sobre o crescimento das matrículas na última década permitirá a toda comunidade conhecer como ele se deu, quais leis que serviram de alicerce, além de conhecer a realidade das escolas municipais na atualidade.

Durante a pesquisa foi necessário adotar algumas terminologias para melhor compreensão compreender do que será abordado no decorrer dos capítulos

Nesse sentido, este trabalho utilizará o termo aluno com deficiência, aluno com necessidades especiais ou pessoas com deficiência ou pessoas com necessidades especiais

2. TRAJETÓRIA DOS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Para compreender o sentido de inclusão faz-se necessário primeiro a compreensão de alguns dos muitos conceitos que permearam a educação especial ao longo da história. Partindo desse pressuposto, optou-se inicialmente por apresentar definições de deficiência para ampliar e embasar as idéias aqui apresentadas. Segundo Ferreira e Guimarães (2003) a maior parte dos termos adotados em educação especial é retirada de documentos internacionais, que geralmente estão em inglês ou espanhol.

Ferreira e Guimarães (*op cit*) apontam que o conceito utilizado para deficiência tem um cunho descritivo ou valorativo e um caráter histórico, que leva em consideração o momento e o contexto socioeconômico e cultural específico. O Programa de Ação Mundial para as pessoas com Deficiência foi aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelece a distinção entre deficiência, incapacidade e invalidez, apresentando os seguintes conceitos:

Deficiência: Toda perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.

Incapacidade: Toda restrição ou ausência (devido a uma deficiência), para realizar uma atividade de forma ou dentro dos parâmetros considerados normais para um ser humano.

Invalidez: Uma situação desvantajosa para um determinado indivíduo, em consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade que limita ou impede o desempenho de uma função normal no seu caso (levando-se em conta a idade, o sexo e fatores sociais e culturais) (PROGRAMA DE AÇÃO MUNDIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 1982)

A Convenção da Guatemala conceitua deficiência como:

Uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (CONVENÇÃO DA GUATEMALA DECRETO Nº 3.956/2001)

A deficiência tem vários enfoques sendo uma temática que além de complexa levanta outras questões, interpretações, debates e mesmo com todo o conhecimento

produzido acerca da temática, a mesma ainda é rodeada de preconceito, dúvidas e incompreensões.

As pessoas com deficiência durante muito tempo não tiveram a maioria dos seus direitos respeitados como o direito a frequentar uma escola. Houve um grande percurso histórico até que a pessoa com deficiência pudesse está na sala de aula de uma escola regular como qualquer aluno.

Nesta seção, será apresentado um panorama histórico da evolução da educação das pessoas com deficiência, de acordo com os paradigmas: exclusão, segregação, integração e a inclusão que estamos vivendo nos dias atuais, onde o acesso à educação é um direito de todas as pessoas independente de suas condições.

2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO

Para hoje poder afirmar que se vive o paradigma da Inclusão, muitos séculos se passaram até aqui. E no que diz respeito à inclusão de alunos com deficiência no ensino regular foi, é, e continuará sendo uma grande luta, por que ainda existem pessoas que são contra a inclusão, mesmo hoje no século XXI. E para ter o direito a frequentar uma escola regular como qualquer outra criança passou um longo período desde a Antiguidade até hoje.

O histórico das pessoas com deficiência foi marcado pela exclusão, violência, atribuição de poderes sobrenaturais etc. Na Antiguidade, o homem na busca de explicar o surgimento do mundo, fenômenos da natureza e coisas as quais não conseguia compreender, utilizava o mito que segundo Ferreira e Guimarães (2003) tinham a função de acomodar e tranquilizar o homem em um mundo desconhecido e assustador, pois os seres mitológicos faziam parte da vida cotidiana como formas do existir humano.

Na Idade Média, os deficientes encontravam abrigo nas igrejas, como o Quasímodo personagem do livro O Corcunda de Notre Dame, de Victor Hugo, que vivia isolado na torre da catedral de Paris. Na mesma época, os deficientes ganham uma função: bobos da corte. Muitos achavam que deficientes mentais eram seres diabólicos que mereciam castigos para ser purificados.

Na atualidade os direitos das pessoas com deficiência vêm sendo discutidos pela sociedade através de políticas públicas que modificaram ao longo do tempo. Segundo Dantas *et al.* (2010) essas mudanças constituíram-se em vários paradigmas no processo histórico das pessoas com deficiência, em que a sociedade de todas as culturas passaram por diversas fases no que tange as práticas sociais como afirma Sasaki:

A sociedade [...] começou praticando a exclusão social de pessoas que – por causa das condições atípicas – não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições, passou para a prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais. (SASSAKI, 2002, p. 16)

As fases não ocorreram ao mesmo tempo em todas as sociedades, mas ainda hoje com toda a informação e tecnologia ainda é possível verificar atitudes de preconceito, exclusão e segregação sendo praticadas em diversos países, inclusive no Brasil e por pessoas que têm acesso a informação e cultura em sua grande maioria.

2.1.1 Exclusão

A atenção dada às pessoas com deficiência desde a Antiguidade foi cercada da mais absoluta negação de seus direitos. Segundo Aranha (2004) não existem muitos dados da relação entre sociedade e deficiência na Roma e Grécia antiga. Nessas civilizações, na Antiguidade a economia se fundamentava em atividades de produção e de comércio agrícola, pecuário e artesanato, a organização política estava centrada numa pequena parcela da população, a nobreza que tomava todas as decisões mantinha excluído o resto da população das decisões.

Aranha (2004) afirma ainda, que é nesse contexto que as pessoas diferentes¹ ou que estavam fora do padrão exigido pela sociedade e com limitações funcionais fossem abandonados. Para Mazzotta (1996), a religião ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, incutia na cabeça das pessoas a idéia de que somente era humano quem estivesse em perfeitas condições física e mental,

¹ Corcundas, surdos, cegos, deficientes físicos, órfãos, deficientes mentais etc.

portanto as pessoas com deficiência como não eram parecidas com Deus, eram colocados à margem, da condição humana. Aranha (*op cit*) aponta que a Bíblia traz algumas referências sobre as pessoas com deficiência:

A Bíblia traz referências ao cego, ao manco e ao leproso - a maioria dos quais sendo pedintes ou rejeitados pela comunidade, seja pelo medo de doença, seja porque se pensava que eram amaldiçoados pelos deuses. (ARANHA, 2004, p.7)

O pensamento de inutilidade do ser humano para a vida prática em uma sociedade primitiva em que o homem necessitava lutar para sobreviver, era necessário caçar, correr rapidamente, guerrear, nadar e, para eles, um ser “defeituoso” que não pudesse desempenhar tais atividades não poderia viver. Dessa forma, uns eram jogados à própria sorte, outros perdiam o direito à vida e os que restavam serviam de palhaços e bobos da corte para a diversão dos senhores e seus hóspedes (BRASIL, 2001).

Na Idade Média a economia ainda estava baseada na agricultura, pecuária e artesanato, porém com o cristianismo as pessoas com deficiência já não podiam ser exterminadas porque eram consideradas criaturas de Deus, porém alguns ainda continuavam sendo bobos da corte e objeto de exposição, Aranha (2004).

No século XIII começaram a surgir instituições para abrigar deficientes e as primeiras legislações sobre cuidados e sobrevivência dos deficientes mentais. Nessa época a educação tinha duas vertentes uma com o objetivo da formação religiosa e outra dependendo do local e dos valores, visavam formação para a guerra ou para as artes.

Segundo Mazzota (1996) e MEC (2008) no Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência intelectual; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Dessa forma, percebe-se que na Antiguidade a pessoa com deficiência não era considerada um ser humano, e a sociedade se isenta de qualquer responsabilidade com essas pessoas. Elas eram consideradas inúteis e pensava-se que não poderiam nem trabalhar, além de justificar o processo de exclusão através da religião que considerava as pessoas com deficiência possuídas por maus espíritos e até como um castigo de Deus.

2.1.2 Segregação

O paradigma da segregação se caracterizou pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem e pela manutenção das mesmas em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais. Essas instituições estavam fixadas em locais em que as pessoas internadas ficavam distantes de suas famílias, dessa forma as pessoas com retardo mental, ou outras deficiências eram mantidas isoladas de toda a sociedade para proteção, tratamento, ou processo educacional, Machado (2005).

Essa forma de tratamento ganhou notoriedade a partir do século XIX, em países como Suécia, Estados Unidos e Canadá. Machado (ibidem) ressalta a diferença entre as instituições construídas nos Estados Unidos Canadá e Suécia que tinham o aspecto residencial e as que mais tarde surgiram no Brasil e América Latina as quais tinham como objetivo oferecer atendimento educacional aos deficientes sem exercer a função de residência.

No Brasil, as pessoas com deficiência que eram excluídas ou marginalizadas na sociedade, eram atendidas em instituições filantrópicas ou religiosas, e os serviços prestados eram de qualidade duvidosa. Esta fase foi denominada de segregação institucional, pois, apesar de receberem os indivíduos com necessidades especiais estes continuaram excluídos do convívio social.

Dessa forma, muitas crianças, jovens e adultos passaram a vida inteira dentro de instituições especializadas devido ao fato da sociedade não acreditar que eles pudessem receber educação formal e até mesmo conviver com os ditos “normais”. Nessas instituições crianças com deficiências, passaram a receber atendimento educacional e a partir de então surge a Educação Especial a qual Mazzota traz um conceito condizente com o momento histórico referido:

“Educação Especial é definida como a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens. Tais educandos, também denominados de “excepcionais” são justamente aqueles que hoje têm sido chamados de “alunos com necessidades educacionais especiais”. Entende-se que tais necessidades [...] decorrem da defrontação das condições individuais de aluno com as condições gerais da educação formal que lhe é oferecida” (MAZZOTTA 1996, p.11)

A Educação Especial, na opinião de Bueno (1997) surgiu no Século XVIII com o intuito de oferecer escolaridade a crianças anormais, e servir como instrumento principal para a segregação do deficiente. Na opinião de Glat e Blanco (2007) a Educação Especial se constituiu a partir do modelo médico ou clínico e a OMS (2001, *apud* Bartalotti, 2006) assinala que:

O modelo médico considera a deficiência como um problema da pessoa, diretamente causado por uma doença, trauma ou condição de saúde que requer cuidados médicos prestados em forma de tratamento individual por profissionais. O tratamento da deficiência está destinado a conseguir a cura, ou uma melhor adaptação da pessoa e uma mudança em sua conduta (OMS, 2001 *apud* BARTALOTTI 2006, p.18)

Neste modelo a deficiência é encarada como doença ou defeito, as diferenças são encaradas como sintomas que precisam ser tratados para que a pessoa seja “recuperada”, habilitada e reabilitada para o convívio em sociedade.

De acordo com Sasaki:

O modelo médico tem sido responsável pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes para incluir em seu seio as pessoas portadoras de deficiência e/ou outras condições atípicas para que estas possam aí sim buscar o seu desenvolvimento pessoal, social e profissional. (SASSAKI, 2002, p. 29)

Blanco e Glat (2007) discordam da opinião de Sasaki e afirmam que mesmo com todas as críticas ao modelo médico deve-se levar em consideração que os médicos foram os primeiros a atentar para a necessidade de escolarização das pessoas com

deficiência que antes viviam em hospitais psiquiátricos sem distinção de patologia ou de idade, principalmente dos deficientes intelectuais. Estes viviam isoladas do resto da sociedade, mas agora em asilos, conventos e albergues.

Nesse sentido, a Educação Especial foi reconhecida pela primeira vez na Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1961 (BRASIL /MEC, LDB 4.024/61). O Artigo 88 da Lei apontava que a educação de excepcionais deveria no que fosse possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na sociedade. E este artigo não deixa claro quais serviços educacionais deveriam ser oferecidos aos “excepcionais” e Carvalho complementa:

O que não ficou claro foi a natureza dos serviços educacionais a serem oferecidos, nem seus vínculos com o sistema geral de educação. O tratamento especial a elas preconizado sob as formas de bolsas de estudos, empréstimos e subvenções gerou muita polêmica pela indefinição das ações educativas oferecidas e dos critérios de eficiência da iniciativa privada e relativa à educação de excepcionais (CARVALHO 1997, p. 66).

O Artigo 89 garantia tratamento especial mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções à iniciativa privada que era considerada eficiente pelos Conselhos Estaduais de Educação em relação a das pessoas com deficiência intelectual.

Para Mazzotta 1996, o artigo 89 incentiva a criação de dois sistemas de educação distintos o geral e o especial, porque na medida em que a educação de excepcionais não se enquadrasse no sistema geral, estaria enquadrada nem um sistema especial de educação, que era entendida como um sistema que estava à margem do sistema geral de educação.

A partir da década de 60, o modelo de segregação começou a receber críticas motivadas pelos novos conhecimentos acerca da deficiência e dos processos de aprendizagem, a partir daí fica claro que os deficientes, isolados em instituições especializadas, não estariam preparados a viver em sociedade e, portanto, deixavam de ser parte dela. Como aponta Facion (2002 *apud* Machado 2005):

Ainda que estas pessoas possam receber atendimento psicopedagógico especial, que busca responder às suas necessidades específicas (deficiência visual, deficiência mental, transtornos invasivos do desenvolvimento, etc.) e à proteção, elas acabavam e continuavam pertencendo a um grupo de pessoas discriminadas e segregadas, seja porque confinadas em abrigos, asilos e instituições específicas ou, ainda, induzidas a uma

experimentação limitada e limitante em um círculo constituído unicamente de pessoas outras com o mesmo transtorno. Assim, havia a predominância do tratamento tutelar, impondo a estes indivíduos um significativo limite de ir e vir, escolher ou decidir; enfim, gerando uma proteção que não liberta, mas cerceia e impede. (FACION 2002, p.21 *apud* MACHADO 2005, p.21)

Na tentativa de garantir os direitos das pessoas com deficiência que estavam excluídos e segregados da sociedade, surgiu no final da década de 1960, o movimento pela integração que segundo Sasaki (2002, p.31) visava inserir as pessoas com deficiência nos sistemas sociais gerais como o trabalho, a família e o lazer e a educação, por que o objetivo era inserir os alunos com deficiência nas escolas regulares tendo em vista que eles deveriam ter direito a uma educação o mais normal possível, da mesma forma que os alunos ditos “normais”. A nova abordagem teve como molas propulsoras os princípios que serão abordados no item seguinte.

2.1.3 Integração

Com as críticas sofridas pelo modelo de segregação, no início dos anos de 1970 surgiu o movimento de integração, cujo objetivo era inserir nas escolas regulares os alunos com necessidades especiais, neste momento a educação começou a se desvencilhar do modelo médico.

Segundo Blanco e Glat (2007) novas metodologias e técnicas de ensino trouxeram a possibilidade de escolarização formal das pessoas com necessidades especiais, a ênfase não era mais na deficiência e sim a falha do meio em proporcionar condições adequadas que promovessem o desenvolvimento e a aprendizagem.

A proposta partia do princípio da Normalização, o que não significava normalizar a pessoa com deficiência e sim as condições de vida, a educação partia do pressuposto de que todas as pessoas com necessidades especiais têm direito de desfrutar das mesmas atividades sociais, educacionais, de lazer que os demais.

Essa proposta caracterizou-se, de início, pela utilização de classes especiais dentro da escola regular. Nesse tipo de sala, encontrava-se o professor da Educação Especial que utilizava métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos especializados, porém o aluno tinha que se adequar a escola e não ao

contrário. Mais tarde com base essa proposta de normalização se desenvolveu o paradigma da Integração.

[...] o paradigma educacional denominado integração, o qual se propunha a oferecer aos alunos com deficiência o ambiente escolar menos restritivo possível. Este modelo visava preparar alunos das classes e escolas especiais para ingressarem em classes regulares, quando receberiam, na medida de suas necessidades, atendimento paralelo em salas de recursos ou outras modalidades especializadas. (GLAT E BLANCO, 2007, p.22).

O paradigma da integração instituiu uma forma de inserção escolar, na qual o aluno com deficiência é recebido na escola regular, desde que ele seja capaz de acompanhar os padrões escolares tradicionais, quando o aluno, entra no espaço escolar comum.

O acompanhamento feito nas salas de recursos e escolas especiais não foi suficiente para a Integração, porque exigia do aluno uma preparação para sua adaptação nas classes regulares, ou seja, os alunos é que tinham que se adaptar a escola e continuavam segregados porque não tinham condições de ingresso nas turmas regulares. Alvo de críticas, o modelo de integração exigia dos alunos uma preparação para ingresso nas classes regulares (Blanco e Glat, 2007).

Segundo Machado (2005) O modelo de integração correspondeu no Brasil à criação, em 1973, no Ministério da Educação, do Centro Nacional de Educação Especial - CENESP. O objetivo deste órgão era centralizar e coordenar as ações de política educacional voltadas para as pessoas com necessidades educativas especiais. O CENESP patrocinou a formação e qualificação de docentes em nível de pós-graduação em universidades do Rio de Janeiro e São Paulo, com o objetivo de formar um quadro de profissionais para atuar com as pessoas com necessidades educativas especiais.

Mesmo com todos os avanços, a política de Integração é reforçada ainda com a elaboração pela CORDE e pela SEESP da Política Nacional de Educação Especial, assim como a Constituição Federal de 1988. Esses documentos tinham como principal diretriz “apoiar o sistema regular de ensino para a inserção dos portadores de deficiências e dar prioridade ao financiamento de projetos institucionais que envolvam ações de integração...” (MEC/SEESP, 1994)

O modelo de Integração teve como mérito a inserção das pessoas com deficiência na sociedade, desde que estivessem capacitadas para tal. No momento em que foi instituída, a Integração foi importante, não apenas na integração social, mas também para as crianças com deficiência, levando em consideração que o aluno estava inserido numa escola regular, mesmo que em uma classe especial, mas já não estava segregado, em uma instituição longe da família recebendo um tratamento como se estivesse doente. Segundo Sasaki “tanto a normalização como o processo de *Mainstreaming*² foram importantes elementos na aquisição de conhecimentos e experiências de integração, que mais tarde abriram caminho para o surgimento do paradigma da inclusão”.

Machado (2005) aponta que um novo paradigma de atendimento aos alunos com deficiência começou a despontar no final da década de 1980 e, ganhou força na década de 1990, estava iniciando o movimento pela Educação Inclusiva, preconizando que todos os alunos deveriam estar inseridos na sala de aula regular e que, para tal a escola precisava ser reestruturada para atender essa nova demanda.

Diferente do modelo de integração, onde para que os alunos com necessidades especiais fossem “integrados”, na sala regular eles teriam que demonstrar condições de acompanhar a turma e recebiam atendimento paralelo em salas de recursos ou outras formas de apoio. Na proposta da inclusão, esses alunos, independente do tipo ou grau de comprometimento, devem estar nas classes comuns do ensino regular, cabendo à escola a responsabilidade de se adaptar para atender às suas necessidades.

2.1.4 Inclusão

Carneiro 2007 conceitua inclusão como:

Movimento da sociedade (sociedade inclusiva) voltado para produzir a igualdade de oportunidades para TODOS. Quando focada sob o ângulo individual, a inclusão supõe que cada um tenha a oportunidade de fazer suas próprias escolhas e, em consequência, construir sua própria identidade pessoal e social a isso, a literatura especializada chama de autodeterminação (CARNEIRO, 2007, p. 29).

² Colocação de crianças e jovens em classes comuns, desde que eles conseguissem acompanhar as aulas.

A inclusão tem como principal característica a inserção de todas as pessoas independente das suas condições e seu objetivo principal é reduzir ao mínimo a exclusão social através da escola, Montoan complementa que:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência /e ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for; de fato de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (MONTAAN, 2003, p.67)

A inclusão postula uma reestruturação do sistema de ensino, com o objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e seja competente para trabalhar com todos os educandos (Machado 2007).

Segundo Blanco e Glat (2007) esse processo se acelerou a partir dos anos de 1990 em muitos países, inclusive o Brasil, com o reconhecimento da prioridade da Educação Inclusiva e o MEC define:

No paradigma da educação inclusiva resultante do conceito de sociedade também inclusiva, os sistemas e instituições sociais são adaptados às necessidades de todas as pessoas e não o contrário, quando os indivíduos estão sujeitos a se adaptarem às exigências do sistema. Nesse processo, a formação dos professores é fundamental para que a aprendizagem esteja centrada no potencial de cada aluno, de forma que uma incapacidade para andar, ouvir, enxergar, ou um déficit no desenvolvimento não sejam, classificados como falta de competência para aprender e nem causa para que os alunos desistam da escolarização. (MEC, 2006)

Segundo Blanco e Glat (2007) a educação inclusiva significa um novo modelo de escola onde é possível o acesso e permanência de todos os alunos e os antigos métodos são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras de aprendizagem.

A educação inclusiva pode ser vista como um instrumento de extrema importância para assegurar a construção de um modelo educacional que atenda todos os alunos e não apenas aqueles com deficiência. E a escola inclusiva se fundamenta no reconhecimento das diferenças humanas e o centro da aprendizagem é a potencialidade dos alunos.

No Brasil, apesar de existirem várias leis que defendem a educação para todos o atendimento educacional ainda é bastante limitado, tendo em vista que nas escolas o processo de inclusão vem acontecendo há vários anos, mas ainda faltam desde materiais específicos a professores especializados.

3. ASPECTOS LEGAIS DA INCLUSÃO

A inclusão das pessoas com deficiência classes regulares teve início a partir do fim década de 1980 e ganhou força na década de 1990, o que representou um grande avanço do sistema educacional brasileiro. Hoje vários instrumentos normativos asseguram desde a matrícula em escolas regulares a uma porcentagem de vagas em concursos públicos e empresas privadas para a pessoa com deficiência. Essas vitórias são resultados da luta pelo reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, mas o ideal seria que não houvesse a necessidade da imposição de uma lei para que a matrícula do aluno com deficiência fosse garantida, tendo em vista que a imposição das leis nem sempre garantem os direitos das pessoas com deficiências.

A legislação brasileira em vários aspectos é bastante avançada e o Brasil em matéria de leis é considerado um país de primeiro mundo, mas no que diz respeito a leis que tratam da questão da inclusão, não poderia ser diferente hoje, porém nem sempre tivemos leis que incluíssem em diversos aspectos a pessoa com deficiência.

Em termos de legislação específica é bastante recente a preocupação dos legisladores em aprovar leis que beneficiam as pessoas com deficiência, somente no início da década de 1960, mais especificamente em 1961 com a implementação Lei Nº 4.024/61 a primeira LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Esta lei estabelece o direito dos “excepcionais” à educação em seu Capítulo III Art. 88, diz que se for possível no sistema geral de educação.

É possível observar o quanto as políticas de Educação Inclusiva evoluíram desde o seu início com a LDB 4.024/61 que nesta seção será feita a revisão de alguns documentos que tratam da questão da inclusão escolar de pessoas com deficiência, tomando como referência alguns documentos legais e normativos oficiais ou não. Essa revisão se dará a partir da Constituição Federal de 1988 em ordem cronológica.

Dessa forma, serão apresentados os seguintes documentos: Constituição de 1988; Constituição do Estado da Bahia de 1989; LEI N.º 7.853 de 24 de outubro de 1989 - Apoio aos Portadores de Deficiência - CORDE; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990; Declaração de Salamanca; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96; Resolução CNE nº 2

de 11 de setembro de 2001- Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; Política nacional de Educação Especial de 2008 e o Plano Municipal de Educação 2010-2020 da Secretaria municipal de Educação e Cultura. Vale ressaltar que do Plano Municipal serão apresentados apenas os objetivos, tendo em vista que este Plano começou a vigorar no ano de 2010.

3.1 A CONSTITUIÇÃO DE 1988

A proteção às pessoas com deficiência passou a integrar a legislação brasileira apenas recentemente na Constituição que foi promulgada em 1988, contemplando a educação especial em artigos e incisos.

A Constituição Federal traz no seu Art. 3º inciso IV um dos seus principais objetivos fundamentais que é: “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. O princípio da igualdade fica claro no Art. 5º que diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”.

O Art. 205 traz os princípios e a finalidade da educação:

A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art.205, 1988).

No Art.206, os Incisos I e IV estabelecem os princípios pelos quais o ensino será ministrado em todas as escolas públicas, com igualdade de condições de acesso e permanência e gratuidade no ensino público. Já o Art. 208 traz o dever do Estado com a educação a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores³ de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Para Abenhaim (2006) a partir dos direitos assegurados na Constituição de 1988 e os próximos documentos aqui apresentados mantiveram uma relação de correspondência com a Carta Magna, incluindo documentos estaduais e municipais

³ Na época da promulgação da Constituição usava-se o termo portadores de deficiência, hoje o termo usado, é pessoa com deficiência, ou pessoa com necessidades especiais.

elaborados pós Constituição terá que garantir os mesmos direitos, Já assegurados pela lei maior.

3.2 A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

A constituição da Bahia foi promulgada em 05 de outubro de 1989 e no capítulo XII dispõe sobre educação, e no Artigo 244 reitera o Art. 205 da Constituição Federal que fala sobre o direito a educação.

O Artigo 247 dispõe sobre o dever do estado sobre a educação a ser efetivado mediante garantias:

I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade, portadores de deficiência física, mental e sensorial, em período regular de oito horas, com programa suplementar de material escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, 1989 p. 66-67).

Aqui podemos verificar a orientação para o atendimento especializado preferencialmente na rede regular e o atendimento em creches e pré-escolas e para os alunos com deficiências um período de 8 horas com outros benefícios. Outro artigo dispõe sobre a educação dos “portadores de deficiência” que se dará em escolas especiais ou na rede regular conforme o Artigo 251:

A educação, para os portadores de deficiência física, mental ou sensorial, mediante o provimento de condições apropriadas, será efetivada em instituições específicas ou na rede regular, incluídos a estimulação precoce e o ensino profissional. (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, 1989 p. 67).

A constituição do Estado da Bahia reafirma e complementa muito do que está disposto na Constituição Federal, porém existe um artigo onde é possível verificar uma incoerência e algo que é muito difícil de ser efetivado. O artigo 255 dispõe que “as escolas públicas com mais de três mil alunos matriculados, serão obrigadas a ter um médico e um dentista para o atendimento do corpo discente e docente e administrativo”. Ainda no parágrafo único do mesmo artigo aponta que “a Secretaria de saúde garantirá o disposto no artigo”, ora, como é possível um médico e um dentista em cada escola com mais de três mil alunos se os hospitais e postos de saúde estão carentes desses profissionais?

3.3 LEI N.º 7.853 DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 - APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA - CORDE

Esta lei dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos das pessoas com deficiência, principalmente as responsabilidades do poder público em relação a educação, saúde, formação profissional, recursos humanos, edificações entre outros.

No que se refere aos direitos à educação da pessoa portadora de deficiência o Art. 2º prevê que o poder público e seus órgãos assegure às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação de forma prioritária e adequada, e que viabilize, sem prejuízo medidas com relação à educação das pessoas portadoras de deficiência:

I - Na área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1(um) ano, educandos portadores de deficiência;

e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;

f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino. (BRASIL, LEI N.º 7.853, 1989, p. 1- 2)

A Lei N° 7.853/89 trouxe algumas mudanças para a pessoa com deficiência, um dos pontos mais importantes que ela traz é a criminalização do preconceito. No Art. 8º Inciso I com relação à educação torna crime:

recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta. (BRASIL, Lei N° 7.853,1989)

Sendo passível a pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, o que pode ser considerado uma absurdo a necessidade da força de uma Lei para “evitar” que não seja negada a matrícula de crianças, porque têm alguma deficiência. E com atitudes revelam que antes dessa lei entrar em vigor deveriam haver muitas crianças com deficiência fora da escola simplesmente por ter sua matrícula negada.

3.4 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) LEI N° 8069 DE 13 DE JULHO DE 1990

O ECA foi criado durante a década de 80, no início da redemocratização brasileira. Antes desse novo marco legal, as crianças e adolescentes eram amparadas pelo Código de Menores, de 1979, e da Política Nacional de Bem Estar do Menor, lançada em 1964.

Sancionada no dia 13 de julho de 1990, a lei 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente, mesmo hoje depois de vinte anos o documento ainda bastante atual. É considerado como um dos mais avançados do mundo, porém apenas na teoria, pois

na prática, ainda tem deixado a desejar, como muitas leis no Brasil boa parte do estatuto da criança e do adolescente ainda não é aplicado.

No que diz respeito à educação das pessoas com deficiência, o ECA no seu Capítulo IV que trata do direito à educação, à cultura, ao esporte e lazer, no Art. 53 prevê o direito à educação, visando o pleno desenvolvimento preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho e assegura o direito à igualdade de acesso e permanência na escola. Segundo Mazzota 1996, o Inciso III do Art. 54 reproduz o texto da Constituição Federal de 1988 que está disposto no Art. 208, que à criança portadora de deficiência está assegurado atendimento educacional especializado.

O ECA veio para garantir os direitos e deveres, de todas as crianças e adolescentes independentes das suas peculiaridades, colocando essa parcela da sociedade como cidadãos de direitos. Abromovay 1999, destaca a importância do ECA para todas as crianças e adolescentes:

Foi um importante ponto de partida para a política da criança/adolescente como sujeito de direitos, como cidadã. Sua aprovação resultou de uma intensa atividade dos movimentos sociais em favor da criança e do adolescente, envolvendo grupos e instituições ligados ao Fórum Nacional de Crianças e Adolescentes e contando com o apoio de vários setores relevantes da sociedade civil. Desde sua criação até agora, muitos passos foram dados. (ABRAMOVAY, 1999).

Mazzota destaca a importância do ECA em relação à criança e o adolescente com de deficiência:

[...] essa legislação significa um importante caminho para o exercício de direitos até então presentes em “declarações” genéricas e abstratas, mas muito poucas vezes praticados por falta de mecanismos eficazes (MAZZOTA, 1996.p.82).

Com o ECA os direitos das crianças e adolescentes surgem como prioridade básica, não só as crianças e adolescentes ditos “normais” são contemplados pelo ECA, as crianças com Necessidades Especiais também.

3.5 A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

A Declaração de Salamanca é fruto do resultado de um encontro que ocorreu em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994 e reuniu delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais. O seu texto traz os resultados de tudo o que foi acordado no encontro e proclama:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

A Declaração de Salamanca (1994) aprovou o compromisso com a Educação para Todos, destacou a necessidade do ensino de todas as pessoas inclusive às pessoas com deficiência ser oferecido em escolas comuns, para que possam aprender juntas independente das dificuldades e diferenças.

Embora o Brasil seja signatário da Declaração de Salamanca o que ainda se observa é a falta de uma proposta de educação inclusiva efetiva que atenda a demanda que aparece no documento, uma vez que o Estado através dos seus serviços ainda não garante totalmente o atendimento educacional às pessoas com deficiência.

3.6 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL LDBN 9394/96

Depois de uma longa discussão que perdurou por vários anos, em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

No Art. 2º reafirma o texto da Constituição trazendo os princípios e os fins da educação. E estabelece que o ensino seja ministrado com bases nos princípios de igualdade de condições no acesso e permanência, liberdade de aprender e ensinar etc. e respeito à liberdade e apreço à tolerância.

A LDB tem todo o capítulo V dedicado à educação especial e já inicia esse capítulo com o conceito de Educação Especial no Art. 58º:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (LDB 9394, 1996)

A palavra preferencialmente é um derivado de preferencial que significa: Em que há preferência; que tem em si condições de preferência. Para Carvalho (1997, p.94) se caracteriza como escolha, que seria entre a segregação e a integração na escola regular, mas da forma como está expresso é um advérbio afirmativo que evidencia a escolha pela escola regular.

Esse mesmo artigo no parágrafo 3ª fala sobre a oferta da educação especial que deve ser ainda na educação infantil na faixa etária de zero a seis anos, que para Carvalho (1997, p. 95) é um avanço digno de aplauso, tendo em vista que para os alunos que tem necessidades especiais e são escolarizados já na educação infantil tem mais chances de sucesso ao longo de todo o processo educativo escolar.

O Art. 59º estabelece o que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para

aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

De acordo com o exposto, houve vários avanços, porém Carvalho (1997, p. 98) faz uma crítica a sobre a falta de itens nos artigos sobre o processo de avaliação, uma vez que referências sobre avaliação aparecem em todas as etapas da educação e o não aparecimento delas na educação especial poderia supor um protecionismo.

3.7 RESOLUÇÃO CNE Nº 2 DE 11 DE SETEMBRO DE 2001- DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

As Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais a Resolução CNE/CEB Nº 2, foi instituída em 11 de setembro de 2000 e estabelece diretrizes necessárias para que haja uma educação inclusiva com enfatizando no atendimento especializado na educação básica, e o Art. 1º é o que a institui e reafirma as idéias da Constituição de 1988 e da LDB9394/96 que diz que a inclusão dos alunos com necessidades especiais se iniciará na educação infantil.

O Artigo 2º determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Para que os sistemas de ensino possam matricular esses alunos, como afirma o parágrafo único desse mesmo artigo, primeiro deverão conhecer a demanda de alunos com necessidades educacionais especiais, matricular todos os alunos e as escolas devem se organizar para o atendimento e garantir educação de qualidade para todos.

O Artigo 3º traz um novo conceito de educação especial mais amplo:

[...] entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (MEC/SEESP, 2001).

Este conceito de é bastante atual, porém é necessário que hajam recursos pedagógicos para atender as necessidades específicas dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Porém o que pode ser considerado mais atual neste documento é o Artigo 18 que deixa claro no 1º parágrafo, que são considerados professores capacitados para trabalhar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

- I - perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (MEC/SEESP, 2001).

Pela primeira vez aparece de forma bastante clara em um documento oficial o tipo de formação que o professor deverá ter desde o nível médio e na graduação para trabalhar com alunos com deficiência.

De acordo com o 2º parágrafo do mesmo artigo, para ser considerado um professor especializado em educação especial é necessário que o mesmo possa identificar as necessidades educacionais especiais, para apoiar, flexibilizar e adaptar o currículo e com práticas alternativas, além de trabalhar em equipe e prestando assistência ao professor da classe regular. Para tal, a Resolução deixa claro no 3º parágrafo do Artigo 18 que esses professores deverão comprovar:

I - formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;

II - complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio (MEC/SEESP, 2001).

Com a análise da Resolução CNE/CEB Nº 2/2001 é possível perceber o quanto a legislação para a educação de pessoas com deficiência evoluiu, porque se for fazer um comparativo com legislações anteriores que aqui foram apresentadas. Falava-se pouco sobre a formação e capacitação de professores para trabalhar com alunos com deficiência e aqui é possível verificar de forma clara quais as características do professor capacitado e do professor especializado, e este segundo ainda o que é necessário para que ele comprove sua especialização.

3.8 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (PNEE) DE 2008

A política de Nacional de Educação Especial, foi instituída pela portaria Nº 948/2007 em 7 de janeiro de 2008 e tem como principais objetivos assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, e necessidades educacionais especiais, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, desde a educação infantil até a educação superior, atendimento educacional especializados, com professores especializados, e acessibilidade em todos os aspectos.

Com a mudança da perspectiva da educação especial para educação inclusiva, os alunos atendidos por essa modalidade, segundo a PNEE (Política Nacional de Educação Especial) (2008) serão atendidos alunos com deficiência (de natureza física, mental, intelectual ou sensorial; alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil; Alunos com altas habilidades/superdotação e alunos com transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros, sendo que a definições do grupo de ser contextualizada.

A PNEE (2008) tem como principais diretrizes o atendimento educacional especializado (AEE) que orienta alunos e professores em todos os níveis de educação além identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a total participação dos alunos, levando em consideração as suas necessidades específicas.

De acordo com a PNEE (2008) Na educação de educação de jovens e adultos e educação profissional, as ações da educação especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização e inserção no mundo do trabalho. Na educação indígena e quilombola, leva-se em consideração as diferenças sócio culturais desses grupos. No ensino superior o foco é o acesso, a permanência e a participação dos alunos e acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos desde o processo seletivo.

Para o atendimento educacional especializado do aluno surdo e do aluno cego ou com baixa visão a escola regular necessitará de profissionais específicos para prestar o atendimento a esses alunos. Para o surdo a educação bilíngüe - Língua Portuguesa/LIBRAS e para o deficiente visual o sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da Tecnologia Assistiva, que segundo Galvão Filho (2004, p.53) “é toda e qualquer ferramenta ou recurso utilizado com a finalidade de proporcionar uma maior independência e autonomia à pessoa com deficiência” e outros para o pleno desenvolvimento dos alunos.

3.9 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2010-2020 (NOVAS PERSPECTIVAS)

O Plano Municipal de Educação da cidade de Salvador, Bahia tem como base às deliberações contidas no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal 10.172/2001 e na Lei Estadual 10.330/2001 que aprovou o Plano Estadual de Educação do Estado da Bahia.

No que se refere à Educação Inclusiva o Plano Municipal de Educação estabelece vinte objetivos e metas para esta década dos quais serão apresentados alguns que consideramos mais urgentes para o aluno com deficiência inserido em classes regulares:

Garantir a reestruturação progressiva do sistema educacional voltado para o equacionamento de políticas de educação inclusiva, assegurando a todas as pessoas, escola que lhes reconheça a singularidade, favorecendo seu desenvolvimento, o exercício da cidadania e a construção da autonomia.

Assegurar a inclusão de 25% das pessoas com deficiência nas Escolas da Rede Municipal de Ensino até 2010 e de 50% até 2018.

Estabelecer parcerias com organizações governamentais, não governamentais e instituições privadas para o atendimento educacional especializado.

Assegurar a formação continuada para profissionais que atuam na área de Educação e nas diversas áreas da deficiência, bem como para o atendimento educacional especializado.

Garantir a qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem em todos os níveis de educação, com igualdade de condições na rede regular de ensino.

Mobilizar a comunidade escolar e a sociedade no processo de inclusão. Informar e esclarecer aos diversos setores da sociedade sobre as potencialidades e especificidades das pessoas com deficiência.

Assegurar a acessibilidade da pessoa com deficiência nos diversos níveis de atuação, (educação, saúde, trabalho, esporte, cultura, lazer, entre outros).

Garantir a continuidade do processo de escolarização do aluno impossibilitado de freqüentar o ambiente escolar através do atendimento educacional hospitalar e domiciliar.

Implantar Políticas de Educação Inclusiva com articulação intersetorial que assegurem a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Assegurar a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão. Mobilizar a família e a comunidade na participação efetiva de políticas que garantam acessibilidade arquitetônica nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação.

Assegurar, no prazo de 02 anos, equipamentos e materiais necessários à inclusão de todos os alunos com deficiência e transtornos.

Organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete.

Promover a partir do primeiro ano, de adequações curriculares nos objetivos e conteúdos, metodologias, organização didática, filosofia e estratégia de avaliação, no sentido de atender as especificidades de todos os alunos.

Promover a partir do 1º ano de vigência deste Plano, o ensino continuado, do sistema Braille de escrita e leitura tátil e da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outras, ampliando esses serviços gradativamente para 100% das Escolas do Sistema Municipal de Educação.

Ampliar de imediato os serviços de atendimento pedagógico em domicílio e classes hospitalares na Rede Hospitalar, atendendo a 50% dos necessitados em 5 anos e 100% em 10 anos.

Implantação nas escolas públicas municipais, a cada ano de, no mínimo, 10(dez) salas de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado, no turno oposto ao do ensino regular. (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2010-2020, p. 68-70)

Diante do exposto é possível observar é que ainda há muito a ser feito e no que diz respeito à inclusão de alunos com deficiência na cidade de Salvador, principalmente no que se refere à formação de professores, apoio especializado, principalmente no que diz respeito à intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

O que pode ser considerado como mais urgente no ano de 2010 é a implantação das salas de recursos multifuncionais que segundo Alves:

As salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se localiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. (ALVES, 2006, p.13)

O funcionamento das salas de recursos multifuncionais representaria um grande avanço na questão da inclusão nas escolas municipais de Salvador, por que daria o atendimento necessário, por profissionais especializados e faria com que os alunos com deficiência inseridos nas classes regulares tivessem um aprendizado mais efetivo, pois nas escolas municipais de Salvador que atendem alunos com deficiência é possível verificar que não existe nenhum tipo de atendimento especializado.

4. EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE SALVADOR DE 1999 A 2009

Após muita luta em defesa das pessoas com deficiência houve muitas vitórias, aqui será destacada a inclusão de alunos com deficiência na escola regular, que teve como consequência o aumento das matrículas na rede regular de ensino da cidade de Salvador na última década. Contudo para que houvesse a ampliação das matrículas, alguns fatores foram imprescindíveis, entre eles destaca-se a Política de Educação inclusiva que já foi mencionada na seção anterior e a municipalização do ensino fundamental que é uma das formas de descentralização da educação.

Essa municipalização teve como consequência outros fatores, como a queda nas matrículas em escolas especializadas, e aumento das matrículas nas escolas regulares como destaca Ferreira e Ferreira:

É preciso destacar o impacto da municipalização do ensino fundamental. Se por um lado ela tem sido uma poderosa força de restrição da ampliação de vagas nos sistemas públicos de educação infantil, por outro lado ela tem favorecido a ampliação de oportunidade de acesso as redes públicas para alunos com deficiência. (2006, p. 27)

Vale destacar que anteriormente um grande número de escolas de Ensino Fundamental I era de responsabilidade do sistema estadual de ensino e com a municipalização passaram a ser de responsabilidade do sistema municipal, aumentando significativamente o número de alunos matriculados, principalmente os alunos com deficiência, que antes eram de responsabilidade das escolas especiais.

Para Cunha (2006) a década de 90 trouxe mudanças significativas nas políticas educacionais, sobretudo a partir de 1995, essas mudanças foram condicionadas pelos pressupostos da descentralização e da municipalização do ensino. Santos (2006) complementa que a partir da promulgação da LDB9394/96 e a criação Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – o FUNDEF, o processo de municipalização das escolas estaduais e a incorporação das mesmas à rede municipal começou a se efetivar.

Nesta seção, serão apresentados os dados sobre ampliação de matrículas de alunos com deficiência a partir de 1999 até 2009, grande parte de tudo que for apresentado, principalmente números de matrículas são dados extraídos dos últimos

três anos da Secult – Secretaria Municipal da Educação Cultura e Lazer de Salvador e do Censo Escolar do MEC – Ministério da Educação, que é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira o Inep, segundo o site do Instituto:

O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país (INEP)

O Censo Escolar é o principal meio para coletar dados sobre a educação básica, suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos (EJA). O Censo é responsável por coletar de dados referentes às escolas como: matrículas, professores, movimento e rendimento escolar.

4.1 MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR ENTRE OS ANOS DE 1999 A 2009

O Município de Salvador vem avançando no atendimento escolar aos educandos com necessidades educativas especiais, no sentido de incluí-los na rede regular de ensino. Os dados do Censo Escolar da Educação básica do INEP apontam que na última década houve um crescimento das matrículas de alunos com deficiência na rede municipal de ensino de Salvador.

Os números do Inep mostram que nos anos de 1997 e 1998 não havia dados sobre matrículas na Educação Especial em Salvador, no site Inep existia somente dados totais de matrículas nas redes municipal, estadual e particular, porém a partir de 1999 começaram a aparecer os primeiros números de matrículas de alunos com deficiência na rede municipal de ensino em Salvador.

O ano de 1999 inicia um período de crescimento do número de matrículas na rede municipal de Salvador. Neste ano segundo os dados do Inep foram matriculados 52 alunos em classes especiais, o que representava apenas 2,9% do total de alunos matriculados, e estavam na Educação Especial do ensino fundamental, porém os dados encontrados não especificavam as séries.

Os dados do censo escolar indicam que nos anos de 2000 e 2001, ao contrário de 1999, as matrículas na rede municipal de Salvador tiveram uma queda brusca para zero, ou seja, segundo os dados do Inep não houve matrículas nestes anos na Educação Especial, da rede municipal de Salvador. Esses números levantam alguns questionamentos entre eles, o que aconteceu com os 52 alunos matriculados no ano de 1999? Será que todos migraram para rede estadual ou privada? O que causou essa suposta migração? Os dados apontam que ao contrário da rede municipal, houve um aumento nas matrículas tanto na rede estadual quanto na rede privada

Após a instituição das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação básica através da Resolução CNE/CEB Nº 2 de 11 de setembro de 2001 voltam a aparecer números de matrículas nos dados da Educação Especial em Salvador. No ano de 2002 foram 60 alunos matriculados nessa modalidade de ensino, todos no ensino fundamental. Em 2003 a rede municipal de Salvador contava com 198 alunos matriculados, desses 147 no ensino fundamental, um aumento em comparação ao ano anterior de aproximadamente 330%, porém os outros 51 restantes não são mencionados onde estão matriculados se em escolas especiais ou regulares. Esses primeiros dados são apresentados na tabela a seguir:

TABELA I: Alunos matriculados na educação especial na cidade de salvador entre os anos de 1999 a 2003

	Educação Especial Fundamental ⁴				Educação Especial Total ⁵			
	Municipal	Estadual	Privada	Total	Municipal	Estadual	Privada	Total
1999	52	795	270	1.117	52	1.789	2.422	4.263
2000	0	1.218	282	1500	0	1.875	1.086	2.961
2001	0	1.084	328	1412	0	1.998	2.565	4.563
2002	60	372	550	982	60	1.812	2.479	4.351
2003	147	341	530	1.018	198	1.731	2.752	4.681

FONTE: CENSO ESCOLAR MEC/INEP 1999-2003

⁴ Alunos da Educação Especial no ensino fundamental em Salvador

⁵ Total de Alunos na Educação Especial em Salvador

O ano de 2004 com os dados do Censo Escolar do MEC surgem os primeiros dados das matrículas de alunos com deficiência nas escolas regulares do município. Os números deste ano apresentam uma inversão nos números de alunos matriculados na rede estadual que até o ano de 2003 era superior ao das escolas municipais.

Foram matriculados 759 alunos incluídos, em escolas regulares, 248 alunos na educação especial, desses 231 no ensino fundamental, porém os dados não informam em que tipo de escola estão os outros 17 alunos. Mas neste ano o dado mais animador não é apenas o do aumento do número de matrículas a partir de 2004 começa a diminuir o número de matriculados no ensino fundamental I nas escolas estaduais e aumentam as matrículas nas escolas municipais no ensino regular.

O Censo Escolar 2005 apresenta os primeiros dados de alunos matriculados nas classes regulares em Salvador, mas ainda traz dados de alunos matriculados na educação especial que são 280 alunos e desses 256 no ensino fundamental, assim como no ano anterior não é mencionado onde os outros 24 alunos estão inseridos, se em escola regular, ou especial. Porém o dado a ser comemorado é que neste mesmo ano aparece pela primeira vez a matrícula de 1096 alunos com deficiência nas classes regulares do ensino fundamental, o que chama a atenção é que desde 1999, quando aparecem os primeiros números da Educação Especial em Salvador só aparecem dados totais e do ensino fundamental, da educação especial ou de classes especiais, o que traz a reflexão e o questionamento de que será que até 2004 ainda estávamos vivendo mesmo que indiretamente no paradigma da Integração?

Em 2006 o Inep informa que foram matriculados 288 alunos desses 236 estavam no ensino fundamental na Educação especial, da mesma forma que nos dois anos anteriores não fica claro em que tipo de escola os outros 52 alunos estão. Neste ano foram matriculados 1.173 alunos nas classes regulares do ensino fundamental, de acordo com o censo do INEP que mostra também que nesses três anos houve um aumento de matrícula de alunos com deficiência em classes regulares. Os dados desses últimos três anos são apresentados na tabela a seguir:

TABELA II: Matrículas de alunos com deficiência em classes regulares e em educação especial em salvador nos anos de 2004 a 2007

	Ensino Fundamental				Educação Especial				Educação Especial			
	Educação Especial (Incluídos) ⁶				Fundamental				Total			
	Municipal	Estadual	Privada	Total	Municipal	Estadual	Privada	Total	Municipal	Estadual	Privada	Total
2004	759	467	10	1.326	231	193	706	2.196	248	2.196	2.397	4.841
2005	1.096	238	61	1.395	256	524	706	2.166	280	2.166	2.413	4.859
2006	1.173	307	93	1.573	236	535	603	1.874	288	1.874	2.393	4.555

FONTE: CENSO ESCOLAR/MEC/INEP 2004 - 2006

⁶ Alunos com deficiência em classes regulares

Em 2007, finalmente é possível verificar dados desde a creche até a educação de jovens e adultos (ensino fundamental), porém existem alguns questionamentos acerca das matrículas, por exemplo, na creche, será que em toda cidade de Salvador em 2007 havia apenas duas crianças com deficiência que procurou uma vaga nas creches municipais, esse dado é interessante por que nas creches estaduais os números também não foram tão diferentes, ou seja, cinco crianças se matricularam nessas creches, daí surgem outros questionamentos, será que algumas creches se negavam a receber crianças com deficiências?

Na pré-escola os números já são mais animadores são 47 crianças com deficiência matriculadas, ainda é pouco, mas já representa um avanço porque até o ano anterior de acordo com os dados de INEP essas crianças estavam fora da escola. Esses primeiros números sobre matrículas desde a creche até o ensino fundamental apontam que a educação especial deve iniciar ainda na Educação Infantil e estão em consonância com a Resolução CNE nº 2/2001 que diz no seu artigo 1º e Parágrafo Único que diz:

O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado. (BRASIL, MEC/SEESPE 2001).

A importância de um aluno com deficiência iniciar sua escolarização ainda na educação infantil se dá pelo fato de quando um aluno tem acesso o mais precocemente a tudo que uma escola regular pode oferecer desde a socialização com outras crianças com e sem deficiência até a conquista de sua autonomia.

Ainda de acordo com o censo escolar de 2007, foram 1039 alunos com deficiência matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental, representando um aumento superior a 300% em comparação a 2006. Já nos anos finais são 68 alunos e na EJA (ensino fundamental) são 237 alunos matriculados. Os números do censo escolar de 2007 são os que melhor representam as matrículas nas etapas de escolarização desde 1999 que é quando aparecem os primeiros dados da Educação Especial, somente em 2007 aparecem dados referentes ao número de alunos matriculados desde a creche até a EJA, ao contrário dos anos anteriores em que só apareciam

dados do ensino fundamental sem especificar as séries conforme mostra a tabela abaixo.

TABELA III: Matrículas de alunos com deficiência nas escolas regulares na cidade de Salvador em 2007

Dependência	Creche	Pré-escola	Ens. Fund.	Ens. Fund.	E. J. A.
			Anos iniciais	Anos Finais	Fundamental
Municipal	2	47	1.039	68	237
Estadual	5	605	641	94	586
Privada	163	740	501	208	111
Total	170	1.392	2.181	370	944

FONTE: MEC/CENSO ESCOLAR 2007

O ano de 2008 com relação a número de alunos matriculados são mais animadores com relação a matrículas de alunos com deficiência na rede municipal, porém há uma leve queda nas matrículas dos alunos das séries iniciais do ensino fundamental de Salvador que foi de 999 alunos. Além de trazer números de todas as etapas de ensino nas escolas municipais mostra claramente o aumento das matrículas em relação ao ano anterior na creche onde houve um aumento significativo de 2 crianças em 2007 para 40 crianças em 2008, já na pré escola os números tiveram um aumento, mas não foi tão significativo, passando de 47 em 2007 para 55 em 2008 para ilustrar esse aumento de matrículas na creche foi feito um gráfico que encontra-se em anexo. A tabela a seguir mostra os números de 2008:

TABELA IV: Matrículas de alunos com deficiência nas escolas regulares na cidade de Salvador em 2008

Dependência	Creche	Pré-escola	Ens. Fund.	Ens. Fund.	E. J. A.
			Anos iniciais	Anos Finais	Fundamental
Municipal	40	55	999	35	142
Estadual	5	143	788	123	273
Privada	121	147	717	333	266
Total	57	1.345	2.504	491	681

FONTE: CENSO ESCOLAR MEC/INEP 2008

É importante ressaltar que o resultado do censo escolar 2008 mostra no Brasil um crescimento de 7,6% nas matrículas na educação especial e nas classes comuns do ensino regular em relação ao ano de 2007. Ainda de acordo com o censo escolar, o índice de matriculados passou de 46,8% do total de alunos com deficiência, em 2007, para 54% em 2008.

Para fechar a década da ampliação das matrículas de alunos com deficiência no ensino regular em Salvador os números caíram em relação ao ano de 2009. Segundo os dados do Censo do Inep, na creche houve uma queda de aproximadamente 70% de matrículas em relação ao ano anterior que nesta etapa de escolarização haviam 40 crianças matriculadas e em 2009 foram apenas 12, o que faz com que surja um novo questionamento, será que essas crianças foram para a pré-escola? Esta seria a hipótese mais provável, tendo em vista que os números da pré-escola sofreram um aumento de aproximadamente 30%.

Nos Anos iniciais do ensino fundamental de acordo com os dados do Inep nos últimos dois anos (2008, 2009) tem havido uma queda nas matrículas. Em 2008 nas escolas municipais eram 999 alunos com deficiência matriculados nesta etapa de

ensino, e em 2009 esses números sofreram uma queda de 11,5% passando de 999 para 884 alunos. Nos anos finais tem havido um pequeno aumento e na EJA, uma queda em relação aos anos anteriores, conforme mostra a tabela abaixo.

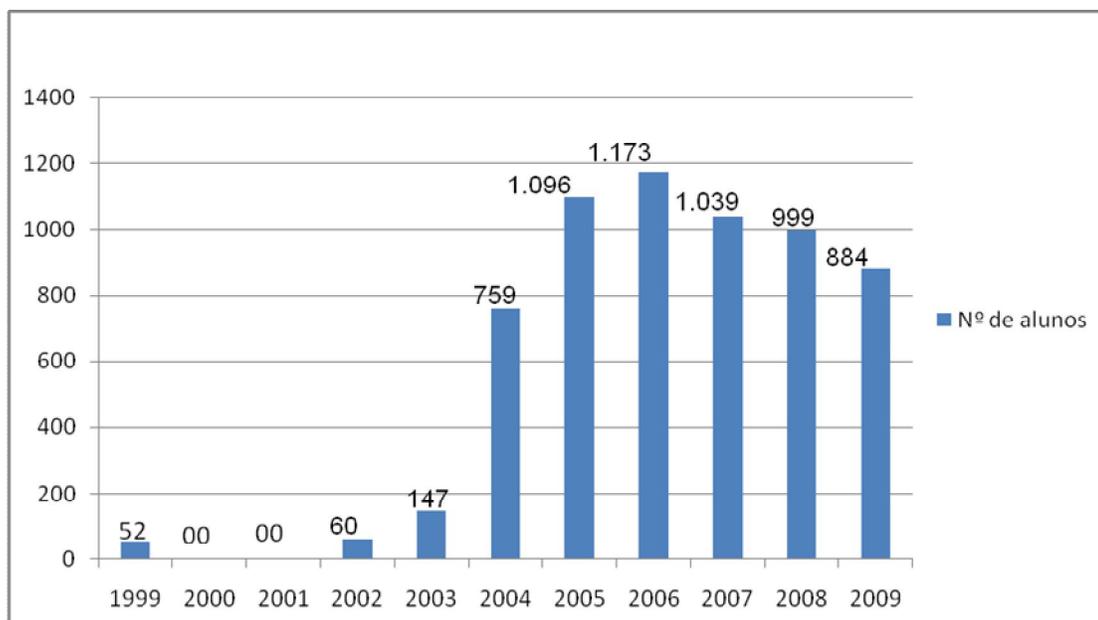
TABELA V: Matrículas de alunos com deficiência nas escolas regulares da cidade de Salvador

Dependência	Creche	Pré-escola	Ensino Fundamental Anos iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais	E. J. A. Fundamental
Municipal	12	78	884	47	125
Estadual	0	95	427	159	160
Privada	7	157	442	243	155
Total	19	330	1753	449	440

FONTE: CENSO ESCOLAR MEC/ INEP 2009

Dez anos após o primeiro censo de matrículas em que aparecem os dados sobre Salvador

Para melhor ilustrar o crescimento das matrículas na rede municipal de Salvador na última década foi feito um gráfico para visualização deste crescimento mostrando ano a ano a ampliação das matrículas desde 1999 a 2009. e mostra também que houve uma leve queda nos últimos três anos nas séries iniciais do ensino fundamental.



Fonte: MEC/INEP CENSO DE 1999 a 2009

GRÁFICO I: Crescimento das matrículas de alunos com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental em Salvador de 1999 a 2009

O gráfico I demonstra o crescimento das matrículas desde 1999, O crescimento das matrículas na rede municipal de ensino representa não apenas a efetivação de algumas políticas públicas representa também a luta de seguimentos da sociedade para fazer valer os direitos de crianças e adolescentes com deficiência que até alguns anos atrás estudavam em escolas segregadas, sem nenhuma possibilidade de crescimento. Hoje sabe-se que a inclusão nas escolas regulares de Salvador levantam muitos questionamentos, mas está acontecendo, ainda que carente de materiais e profissionais especializados. O ano de 2010 chega com novas perspectivas em relação à educação desses alunos com as salas multifuncionais que de acordo com o Plano municipal de Educação que deveriam ser implantadas em 2010, e viria para dar apoio e autonomia aos alunos com deficiência.

5. A SITUAÇÃO ATUAL E DADOS SOBRE A INCLUSÃO EM SALVADOR

A inclusão nas escolas regulares de Salvador está acontecendo há alguns anos, e no que tange o aspecto das matrículas é fato, já demonstrado na seção anterior. Mas esse crescimento de matrículas levanta outros questionamentos a exemplo de: quem são esses alunos? Qual a idade deles? Já repetiram alguma série? Para responder a essa e outras questões essa seção se faz necessária e vem trazendo os resultados da pesquisa a qual a autora foi bolsista durante dois anos.

Censo Demográfico/IBGE/ 2010 indica que a população brasileira é de 190.732.694 habitantes e a Bahia tem uma população 14.021.432 de habitantes e aponta um crescimento de 7,28 % em relação ao censo de 2000. A cidade de Salvador tinha em 2000 uma população de 2.443.107 habitantes e em 2010 tem uma população de 2.676.606 habitantes, segundo dados do censo do IBGE. Os dados apresentados referentes às pessoas com deficiência com relação a número de pessoas com deficiência, faixas etárias entre outros de um modo geral estarão baseadas no censo de 2000⁷, visto que os dados sobre essa parcela da população só serão disponibilizados no final do mês de dezembro de 2010. Com relação ao número de pessoas com deficiência em Salvador o Censo de 2000 apontava que o Estado da Bahia tinha, de acordo com censo Demográfico/IBGE/2000, uma população com deficiência de 2.046.326 e dentre esses a população de 0 a 17 anos somava 282.653.

5.1 A PESQUISA

A pesquisa em questão trata-se de uma investigação que analisou o binômio progressão escolar - aluno com deficiência, a partir da sua inclusão no ensino regular e foi dividida em três etapas de um projeto maior coordenado pela professora Theresinha Guimarães Miranda. A primeira etapa foi “A permanência e progressão escolar do aluno com deficiência no ensino regular” da qual a qual a autora foi bolsista de iniciação científica no período de 2008-2009 e de onde serão

⁷ Não foi possível trazer os dados sobre pessoas com deficiência em Salvador do Censo 2010, porque segundo um contato feito com o IBGE/Bahia, esses dados só estarão disponíveis no final do mês de dezembro de 2010.

apresentados parte dos resultados. O objetivo de pesquisa foi analisar o fluxo escolar e o desempenho acadêmico de alunos com deficiência na rede pública de Salvador, inseridos em classes regulares a partir do conhecimento dos indicadores de escolaridade das pessoas com deficiência nas séries iniciais, como aprovação, evasão, repetência etc. O projeto está sendo desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais - GEINE que integra o PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA. Como resultados ao fim da primeira etapa a construção de um quadro de referência para avaliação da política de inclusão escolar.

5.2 OPERCURSO METODOLÓGICO

Pra atingir os principais objetivos da pesquisa que foi analisar o fluxo escolar do aluno com deficiência no ensino regular a partir de indicadores como: aprovação, reprovação, evasão, repetência entre outros, foi utilizada a pesquisa bibliográfica que para Gil “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (2009, p. 51) e Macedo (1994) além desses materiais são utilizados também verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses. Tendo como principal vantagem segundo Gil (*op cit*) permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Assim como a pesquisa bibliográfica, foi utilizada também a pesquisa documental que para Gil:

A pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2009, p.51)

Este tipo de pesquisa foi empregada para analisar os dados dos alunos que foram colhidos nas escolas municipais. Foi possível analisar materiais que ainda não

havia recebido tratamento analítico a exemplo das pastas dos alunos de onde foram retiradas várias informações.

5.2.1 O campo e os sujeitos da pesquisa

Com o objetivo de analisar o fluxo escolar dos alunos com deficiência inseridos no ensino regular, a pesquisa teve como campo as escolas municipais de Salvador que tem alunos com deficiência matriculados nas classes regulares.

A partir das mudanças ocorridas na escola durante a última década no sentido de promover a inclusão, o sujeito pesquisado foi o aluno com deficiência inserido nas classes regulares.

A seguir será apresentado o procedimento metodológico desde a leitura da legislação em vigor, até a ida a campo para análise dos dados coletados e seus respectivos resultados, além das dificuldades de acesso tanto das escolas quanto aos próprios documentos dos alunos.

5.3 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

A pesquisa teve início em agosto de 2008 e primeiramente foi feita uma revisão bibliográfica com leitura, análise e discussão de vários textos entre eles (BEYER), (BLANCO E GLAT), (BAPTISTA), (CARVALHO), (CAIADO), (MELERO), além e da legislação em vigor entre eles: a Declaração de Salamanca, Resolução CNE Nº 2 de 11 de setembro de 2001, a LDBN 9394/96, a Política Nacional de Educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva *etc.*

Após a revisão bibliográfica, deu-se início a identificação de escolas e alunos com deficiência no ensino regular. A busca foi feita através da Internet nos sites do INEP, SMEC, SEESP *etc.*, para saber o número de alunos com deficiência matriculados em 2008. Em seguida foi feito contato com a Coordenadoria Regional de Educação - CRE para identificação das escolas que tinham alunos com deficiências em classes regulares.

Nas CREs fomos encaminhadas à Secult, pois a mesma não tinha os dados sobre alunos com deficiência, apenas a CRE Pirajá disponibilizou os dados. Na Secult

depois de idas e vindas enfim foi disponibilizada uma lista “desatualizada⁸” com os nomes das escolas que tinham alunos com deficiência. Foram escolhidas 5 CREs de acordo com a localização: Cabula, Liberdade, Cidade baixa, Subúrbio I e Pirajá e a partir daí deu-se início o contato com as escolas e a visita para coleta de dados.

Para coleta de dados foi elaborado um questionário para identificação da escola contendo, nome, bairro, número de alunos total e com deficiência, formação dos professores entre outros. E outro para coleta de dados dos alunos e tinha nome, idade, sexo, série, início da escolarização, frequência, acompanhamento *etc*. A partir daí foram feitos contatos com as escolas para coleta de dados dos alunos. Passada a fase de coleta de dados foi feita a tabulação e organização dos dados coletados.

5.4 O SISTEMA DE ENSINO DE SALVADOR: Caracterização

A rede municipal de ensino de Salvador é composta segundo dados do site da Secult de 416 Unidades Escolares que atendem a 141.089 alunos em 2010⁹ (Portal Secult) que estão matriculados desde a educação Infantil até o 9º ano do ensino Fundamental e SEJA. Para atender as 416 escolas, a cidade de Salvador está dividida por 11 CREs e segundo o Regimento da Secult, as CREs têm o objetivo de descentralizar as ações educativas e promover a articulação, monitoramento desenvolvendo as atribuições técnico-administrativo-pedagógicas. Às CREs tem diversas competências as quais serão destacadas apenas algumas:

Divulgar e promover o cumprimento das diretrizes da política educacional do Município;

Divulgar, orientar e acompanhar as unidades escolares no cumprimento da legislação vigente, portarias, instruções e demais atos normativos;

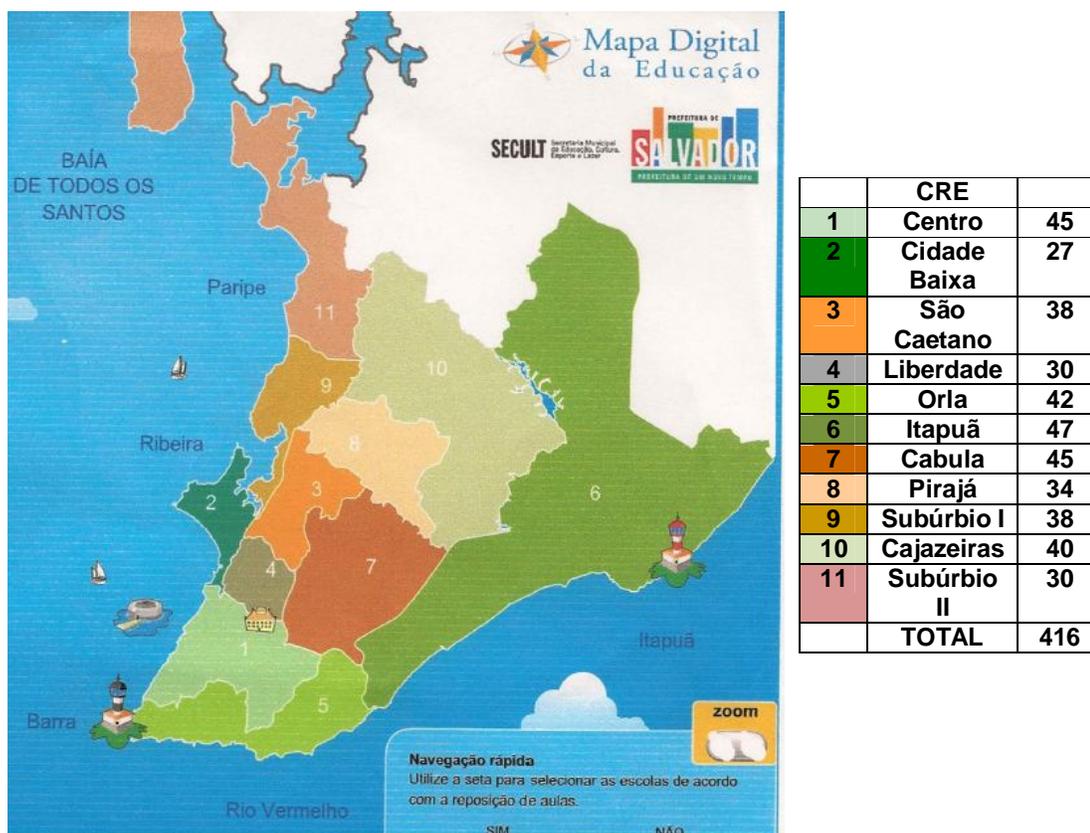
Acompanhar as ações pedagógicas, socioeducativas e administrativo-gerenciais desenvolvidas nas Unidades Escolares;

Acompanhar os programas de formação continuada estabelecidos pela Secretaria. (REGIMENTO DA SECULT, 2009)

⁸ Na lista que foi disponibilizada os dados estavam desatualizados tendo em vista que em algumas escolas que constavam na lista, não haviam alunos com deficiência.

⁹ Aqui serão apresentados os dados atualizados da pesquisa

As CREs são as representantes das escolas são como se fossem um elo entre a escola e a Secretaria Municipal. As CREs estão divididas por área de Salvador e cada uma delas é responsável por um determinado número de escolas conforme mostra a figura a seguir:



Fonte: Secult/2010

FIGURA I: Mapa digital da cidade de Salvador dividida por CRE e quadro com o número de escolas de cada CRE

5.5 RESULTADOS DA PESQUISA

Com o objetivo de analisar o crescimento das matrículas na cidade de Salvador os números a seguir são os resultados da pesquisa os anos de 1999 a 2009 já foi apresentado na seção anterior, portanto nesta será apresentado os dados de 2010 e os resultados com os dados atuais da pesquisa de campo.

Os resultados mostram que 2010 foi o ano em que houve um aumento em relação ao ano de 2009. Neste ano foram matriculados 1.305 alunos com deficiência nas escolas municipais de Salvador, desses 956 alunos estão em ensino fundamental que foi o foco da pesquisa, conforme mostra a tabela abaixo:

TABELA VI: ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS POR DEFICIÊNCIA E ETAPA DE ENSINO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SALVADOR EM 2010

Deficiência	Educação Infantil (Pré-escola)	Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano)	Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano)	EJA Ens.Fund. I	EJA Ens.Fund.II	Total
Albino	5	3	1	0	0	9
Altas Habilidades	4	21	2	2	0	29
Auditiva	2	58	8	11	3	82
Física	8	96	10	13	0	127
Intelectual	5	335	12	73	5	430
Motora	5	78	11	27	5	126
Visual	2	81	13	12	4	112
Múltiplas	9	64	5	13	2	93
Paralisia Cerebral	25	167	4	16	2	214
Síndrome de Down	6	53	5	18	1	83
Total	71	956	71	185	22	1305

FONTE: Secult 2010

É possível observar na tabela que no ano de 2010 foram matriculados alunos com todas as deficiências desde a creche até o ensino Fundamental II e SEJA. Um ponto a ser destacado é que a Secult considera o albinismo com uma deficiência, porém os albinos, caso tenham alguma deficiência seria visual por que devido a falta de melanina no organismo eles tendem a ter baixa visão¹⁰

¹⁰ Segundo a cartilha do NAPE, Baixa visão significa acuidade visual entre 0,3 e 0,5 no melhor olho, com a melhor correção óptica, ou seja, perda parcial da visão. Neste caso, o indivíduo faz uso de lupas, óculos, lentes etc.

5.5.1 Os resultados da pesquisa de Campo

Os resultados a seguir são baseados na coleta de dados feita no decorrer da pesquisa e mostram um pouco da realidade das escolas e dos alunos com deficiência inseridos nas escolas regulares de Salvador.

Na cidade de Salvador existem 416 escolas, dessas 60 foram contatadas, e coletados dados em 34 escolas municipais e feita análise documental de 141 alunos e as outras 16 não tinham alunos com deficiência e 1 escola se recusou a disponibilizar os dados dos alunos.

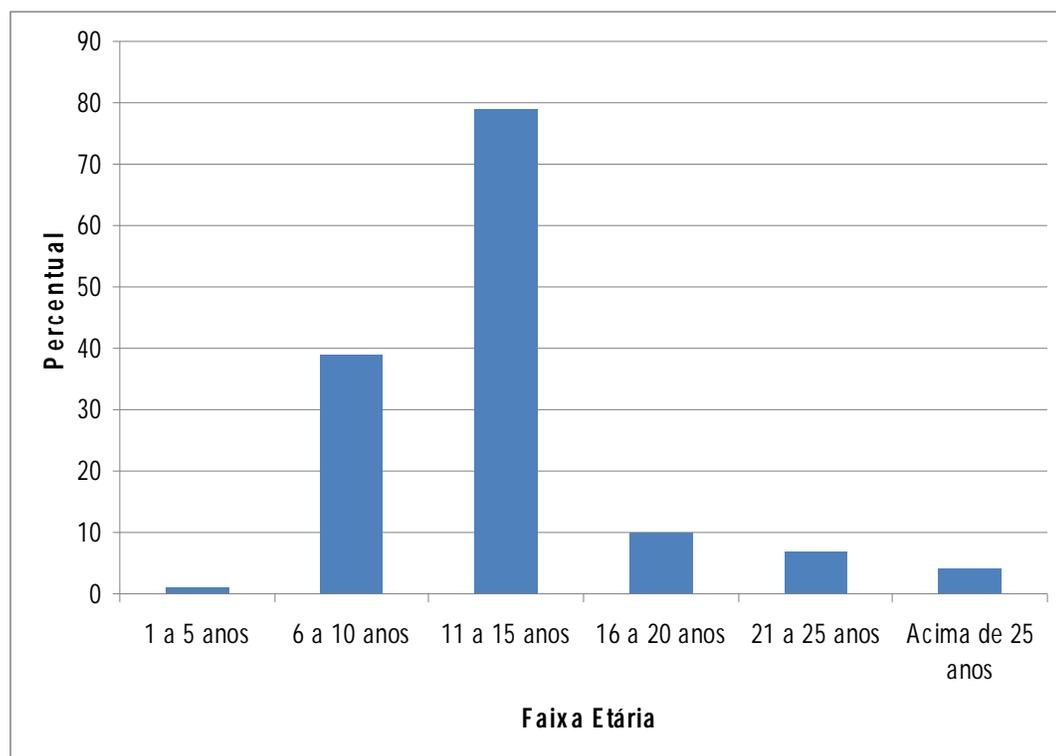
Com base nos dados coletados, os alunos com deficiência estão na faixa etária de 4 a 49 anos, a maior quantidade está na faixa etária entre 11a15 anos o que representa um percentual de 56%, seguido da faixa etária entre 6 a10 anos com 27,7% e 7,10% estão na faixa etária entre 16 e 20 anos. Um fato que chama atenção é que em algumas pastas dos alunos não continham informações, no que diz respeito à idade um aluno não informou, conforme mostra a tabela a seguir:

TABELA VII: ALUNOS COM DEFICIÊNCIA POR FAIXA ETÁRIA, FREQUÊNCIA E PERCENTUAL DE ACORDO COM OS DADOS COLETADOS

Faixa etária	Frequência	Percentual
1 a 5 anos	1	0,70%
6 a 10 anos	39	27,70%
11 a 15 anos	76	56,00%
16 a 20 anos	10	7,10%
21 a 25 anos	7	5,00%
Acima de 25 anos	4	2,80%
Não informou	1	0,70%
Total	141	100,00%

FONTE: Dados coletados nas escolas visitadas

Para melhor ilustrar o percentual e a faixa etária dos alunos com deficiência foi construído o gráfico abaixo:



FONTE: Dados coletados nas escolas visitadas

Gráfico II: Faixa etária e percentual de alunos com deficiência conforme dados coletados

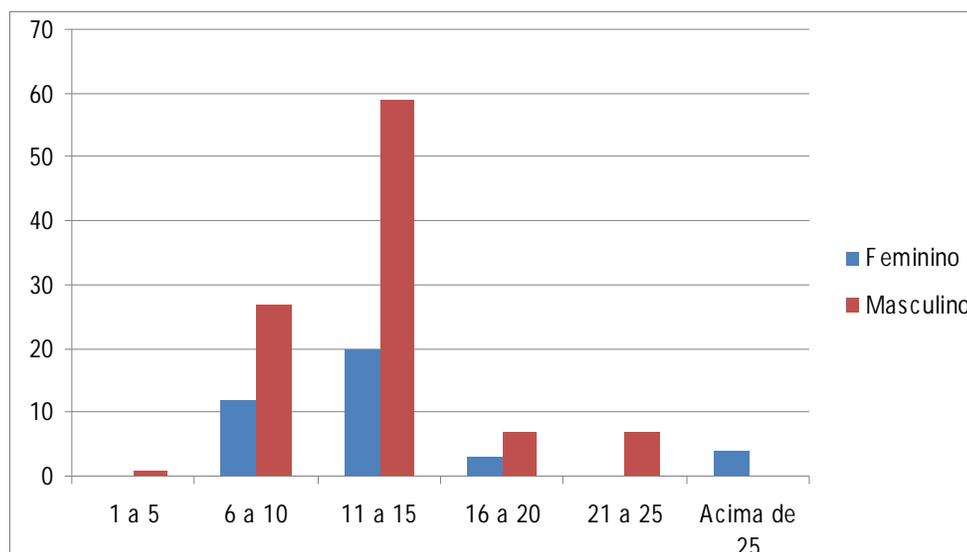
Outro dado relevante a ser apresentado é que a maioria dos alunos com deficiência que estão inseridos nas classes regulares em Salvador é do sexo masculino e a deficiência que predomina na escola municipal é a deficiência intelectual. De acordo com os dados coletados foram 65 alunos com deficiência intelectual, seguido da deficiência física e das deficiências múltiplas respectivamente e três alunos não informaram o tipo de deficiência como mostra a tabela a seguir:

TABELA VIII: NÚMERO DE ALUNOS POR A DEFICIÊNCIA E GÊNERO

DEFICIÊNCIA	GÊNERO		NÚMERO DE ALUNOS
	MASCULINO	FEMININO	
Autismo	2	1	3
Deficiência Auditiva	4	2	6
Deficiência Física	12	3	15
Deficiência Intelectual	65	21	86
Deficiência Motora	1	0	1
Deficiência Visual	4	2	6
Múltiplas	7	5	12
Paralisia Cerebral	4	2	6
Síndrome de Down	0	3	3
Não Informou	2	1	3
TOTAL	101	40	141

FONTE: Dados coletados nas escolas visitadas

Para uma melhor visualização dos números sobre idade e sexo foi construído um gráfico para uma melhor visualização



FONTE: Dados coletados nas escolas visitadas

Gráfico III: Faixa etária sexo dos alunos com deficiência conforme dados coletados

Sobre as matrículas os alunos estão matriculados desde a educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental e Segmento de Educação de Jovens e Adultos – SEJA. De acordo com os dados coletados na Educação Infantil foram matriculados 2 alunos. Nas séries iniciais do ensino fundamental do 1º ao 5º ano que foi o foco principal da pesquisa, foram matriculados 112 alunos e nas séries finais do ensino fundamental 13 alunos. No SEJA estágio I e II 7 alunos e no estágio III e IV foram encontrados 7 alunos com deficiência, três alunos não informaram a série conforme mostra a tabela a seguir:

TABELA IX: DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS POR DEFICIÊNCIA E ETAPA DE ENSINO DE ACORDO COM OS DADOS COLETADOS

Deficiência	Educação Infantil		Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano)		Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano)		EJA Ens.Fund. I	EJA Ens.Fund.II	Total
Auditiva			4					2	6
Autismo			3						3
Física			12	3					15
Intelectual	1		71	6			4	4	86
Motora			1						1
Visual			4	2					6
Múltiplas			7	2			2	1	12
Paralisia Cerebral	1		4				1		6
Síndrome de Down			3						3
Não informou			3						3
Total	2		112	13			7	7	141

FONTE: dados coletados nas escolas

Os dados apresentados nesta pesquisa correspondem a aproximadamente 10% do total de alunos com deficiência matriculados nas escolas municipais de Salvador. Durante a análise dos dados, constatou-se que dos 141 alunos que foi feita análise documental, 70 alunos nunca repetiram uma série, o que corresponde a 49,2%; 55 alunos já foram reprovados em alguma série, e desses 22 foram reprovados no CEB

II (Ciclo de Estudo Básico) que corresponde a 40% e é um dado relevante a ser destacado, e merece ser explicado.

Segundo Santos (2008) Ciclo de Estudo Básico (CEB) foi criado em 1987 pela Secretaria Municipal de Educação com a justificativa de inovação pedagógica e como estratégia para a redução dos altos índices de repetência e evasão escolar identificados nas primeiras séries do ensino fundamental. Era composto pelo CBA, CEB I e CEBII, no CBA e no CEB I a aprovação era automática, já no CEB II o aluno poderia ficar retido, ou seja, poderia ser reprovado e era o que acontecia, vários alunos ficavam “retidos” no CEB II 1, 2, 3, e até 4 vezes seguidas, como foi o caso de muitos alunos com deficiência que em sua grande maioria foram reprovados no CEBII.

Outro fator que deve ser destacado com relação a progressão é que em 16 pastas não continham informações acerca de reprovação ou aprovação e 5 alunos evadiram. A tabela abaixo traz os números referentes a aprovação e reprovação.

TABELA X: NÚMERO DE VEZES QUE OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA JÁ REPETIRA UMA SÉRIE

Repetência	Número de vezes							
	0	1	2	3	4	Mais de 4 vezes	Não informou	Total Geral
Não	72							72
Sim		25	7	2	2	1	16	53
Não informou							16	16
Total	72	25	7	2	2	1	32	141

O número de reprovações segundo os dados coletados ainda é alto, porém esses dados sobre reprovações são referentes a anos anteriores, visto que nos últimos anos praticamente não existem mais reprovações devido ao regime de progressão

continuada que Santos (2008) aponta como um procedimento que permite ao aluno avançar sucessivamente e sem interrupções nas séries ou nas fases do ciclo. Diferente de antes em que um aluno repetia várias vezes a mesma série, o que fazia muitas vezes com que em muitos casos ele abandonasse a escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os alunos com deficiência inseridos no ensino regular têm obtido progressão em sua escolaridade? Foi a partir desse questionamento que se desenvolveu este trabalho monográfico. Entretanto o objetivo deste trabalho foi analisar o crescimento das matrículas na última década na rede regular de ensino de Salvador; Identificar e discutir os indicadores de escolaridade de alunos com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental em Salvador. Na tentativa de respondê-los foram propostas seções com o intuito de demonstrar aspectos relevantes à temática deste trabalho.

Com a pesquisa realizada verificou-se que houve um crescimento das matrículas na última década, porém a inclusão que se vê nas escolas municipais ainda está muito precária, no que diz respeito a material específico são poucas as escolas que tem algum tipo de material específico para o professor trabalhar com os alunos com deficiência. O que muitas vezes se vê são alunos sentados num canto da sala sem ter o que fazer porque não tem nenhum tipo de atividade preparada especificamente para ele.

Em relação à oferta de professores, hoje ainda é possível observar que existe uma carência de professores capacitados para trabalhar com os alunos com deficiência. Faltam também professores concursados nas salas de aula. Em muitas escolas são estagiários que assumem o papel do professor sem nenhum tipo de preparo para trabalhar com o aluno. Além do próprio professor se queixar não tem uma formação específica para trabalhar com alunos com deficiência.

Durante a pesquisa houve a oportunidade de visitar escolas regulares que tinham alunos com deficiência e conversar com professores e profissionais que trabalham nas escolas visitadas, todos se mostraram a favor da inclusão, porém acreditam que é um desafio trabalhar com esses alunos devido a falta de materiais e formação específica para o professor.

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular implica numa reforma total do sistema educacional. Implica em mudanças no currículo que deve se tornar flexível, nas metodologias e na avaliação, não é possível ver um aluno com uma deficiência intelectual fazer o mesmo tipo de avaliação que um aluno que não tem deficiência, implica também no desenvolvimento de trabalhos em grupos na sala de

aula e na construção ou adequação da estrutura física que facilite o trânsito e a movimentação de todos.

Com relação aos sujeitos da pesquisa observou-se que no que se refere à inclusão, fica evidente que é preciso que hajam políticas públicas que garantam não apenas a matrícula, mas além da matrícula que se tenha a garantia de que haverá um acompanhamento especializado, profissionais capacitados e o principal a que seja garantida a permanência e o ensino de qualidade para todos os alunos independente de ter alguma deficiência ou não.

Tem se observado que os alunos inseridos nas escolas regulares e que fazem algum tipo de acompanhamento tem obtido aprovação, tomando como base os dados coletados a evasão nas escolas municipais é baixa por volta de 5%. O fato é que a inclusão está acontecendo nas escolas municipais de Salvador e a cada ano chegam mais crianças com deficiência nas escolas regulares, porém ainda não é a inclusão ideal, mas é importante reconhecer que a inclusão não depende apenas de uma legislação que obrigue a escola a matricular um aluno com deficiência. Depende do comprometimento de todos pais, professores e toda a comunidade escolar.

Hoje em Salvador o que é mais urgente para o aluno com deficiência inserido na escola regular é a implantação das salas multifuncionais, para que haja um trabalho de acompanhamento mais direcionado a esse aluno. O que se espera para o ano de 2011 é que as salas recursos multifuncionais estejam funcionando nas escolas municipais de Salvador para que o aluno com deficiência possa enfim participar plenamente da escola.

A pesquisa sobre a temática da inclusão nas escolas regulares de Salvador não termina aqui, por que muita faltou ser discutida, e não poderia ser feito em um trabalho monográfico, porque existem muitas questões a serem discutidas sobre esse universo que é a escola.

O estudo aponta que existe a necessidade de outros trabalhos que privilegiem a temática da inclusão em escolas municipais da cidade de Salvador, principalmente no que diz respeito às salas de recursos multifuncionais, quando for inauguradas. A necessidade se faz presente para analisar de que forma o aluno com deficiência será atendido, como será feito o atendimento, quais profissionais estarão

trabalhando, que tipo de trabalho será desenvolvido, que deficiências serão atendidas de imediato e em quanto tempo poderá obter dados que comprovem a eficiência dessas salas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABENHAIM, Evanir. **Do dito ao feito: exclusão/inclusão na escola**. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. 142 f. 2006.

ABRAMOVAY, Miriam. et al. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ALVES, Denise de Oliveira. et al. **Salas de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BAHIA, **Constituição do Estado da**. Promulgada em 05 de outubro de 1989. Disponível em: http://www.mp.ba.gov.br/institucional/legislacao/constituicao_bahia.pdf. Acesso em 15 de out. 2010.

BLANCO, Leila de Macedo Varela; GLAT, Rosana. **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva**. In: GLAT, Rosana (org.). Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. Capítulo. 1. p. 15-35.

BEYER, Otto Hugo. **A inclusão na escola regular: idéias para implementação**. In Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto alegre, Mediação, 2005, capítulo 2, p. 27-42.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Ícone editora.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961**.

_____. Ministério da Educação e do Desporto (1994). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portalmec.gov.br>. Acesso em agost. 2010

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 que fixa as Diretrizes e Bases da

Educação Nacional. Brasília, MEC, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=content&task=view&id=159&Itemid=311>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. MEC/SEESP. 2008

_____. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2 de 11 de setembro de 2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 15 out.2010.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Práticas institucionais e exclusão social da pessoa deficiente**. In___Educação Especial em Debate, São Paulo, 1997, p.37-54.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **A educação Especial na “letra das leis”**. In_____ A Nova LDB e a Educação Especial. Rio de Janeiro: WVA, 1997. Capítulo 4. P. 89-102.

_____. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CAVALCANTI, Neulia do Carmo Pereira da Silva. **O papel do professor itinerante face à inserção da pessoa com deficiência no ensino regular: significando e ressignificando a itinerância**. Recife, 2007. 129 folhas Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CE. Educação, 2007.

CUNHA, Maria Couto. **A descentralização da gestão da educação e a municipalização do ensino como temas de estudos recentemente produzidos no Brasil**. In: 29ª Reunião da Anped, 2006, Caxambu, MG. GT: Estado e Política Educacional / n.05 Reunião da Anped. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT05-2059--Int.pdf> acesso em 25 out.2010.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo, GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto. FERREIRA, Júlio Romero. Sobre Inclusão, Políticas Públicas e Práticas Pedagógicas. In_____. **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva** Campinas, SP, Autores Associados, 2004, p. 26-48.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Ambientes telemáticos no desenvolvimento de projetos pedagógicos com alunos com paralisia cerebral**. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de educação, Universidade Federal da Bahia, 2004, 178fl.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Atlas 2009.

INEP. **Censo Escolar do INEP**. <http://www.inep.gov.br/basica/censo/censo.asp>
Disponível em: Acesso em: 31 out. 2010.

_____. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar 1999**. Disponível em: http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula/censoescolar_99.asp?metodo=1&ano=99&UF=29&MUNICIPIO=Salvador&Submit=Consultar. Acesso em 05 agost. 2010.

_____. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar 2000**. Disponível em: http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula/censoescolar_2000.asp?metodo=1&ano=2000&UF=29&MUNICIPIO=Salvador&Submit=Consultar. Acesso em 05 agost. 2010.

_____. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar 2001**. Disponível em: http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula/censoescolar_2001.asp?metodo=1&ano=2001&UF=29&MUNICIPIO=Salvador&Submit=Consultar. Acesso em 05 agost. 2010.

_____. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar 2002**. Disponível em: http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula/censoescolar_2002.asp?metodo=1&ano=2002&UF=29&MUNICIPIO=Salvador&Submit=Consultar. Acesso em 05 agost. 2010.

_____. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar 2003**. Disponível em: http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula/censoescolar_2003.asp?metodo=1&ano=2003&UF=29&MUNICIPIO=Salvador&Submit=Consultar. Acesso em 05 agost. 2010.

_____. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar 2004**. Disponível em: http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula/censoescolar_2004.asp?metodo=1&ano=2004&UF=29&MUNICIPIO=Salvador&Submit=Consultar

do=1&ano=2004&UF=BAHIA&MUNICIPIO=Salvador&Submit=Consultar. Acesso em 05 agost. 2010.

_____. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar 2005**. Disponível em: http://www.inep.gov.br/basica/centso/Escolar/Matricula/centsoescolar_2005.asp?metodo=1&ano=2005&UF=BAHIA&MUNICIPIO=Salvador&Submit=Consultar. Acesso em 05 agost. 2010.

_____. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar 2006**. Disponível em: http://www.inep.gov.br/basica/centso/Escolar/Matricula/centsoescolar_2006.asp?metodo=1&ano=2006&UF=BAHIA&MUNICIPIO=Salvador&Submit=Consultar. Acesso em 05 agost. 2010.

_____. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar 2007**. Disponível em: http://www.inep.gov.br/basica/centso/Escolar/Matricula/centsoescolar_2007.asp?metodo=1&ano=2007&UF=BAHIA&MUNICIPIO=Salvador&Submit=Consultar. Acesso em 05 agost. 2010.

_____. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar 2008**. Disponível em: http://www.inep.gov.br/basica/centso/Escolar/Matricula/centsoescolar_2008.asp?metodo=1&ano=2008&UF=BAHIA&MUNICIPIO=Salvador&Submit=Consultar. Acesso em 05 agost. 2010.

_____. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar 2009**. Disponível em: http://www.inep.gov.br/basica/centso/Escolar/Matricula/centsoescolar_2009.asp?metodo=1&ano=2009&UF=BAHIA&MUNICIPIO=Salvador&Submit=Consultar. Acesso em 05 agost. 2010.

_____. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar 2010**. Disponível em: http://www.inep.gov.br/basica/centso/Escolar/Matricula/centsoescolar_2010.asp?metodo=1&ano=2010&UF=BAHIA&MUNICIPIO=Salvador&Submit=Consultar. Acesso em 05 agost. 2010.

LIMA, Rafael Pontes. **O Uso de Software Educacional como Mediador Instrumental na Aprendizagem de Crianças com Síndrome de *Down***. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá: [s,n], 2009. 94f. Disponível em: <http://www2.unifap.br/nec/files/2010/10/O-USO-DE-SOFTWARE-EDUCACIONAL-COMO-MEDIADOR-INSTRUMENTAL-NA-APRENDIZAGEM-DE-CRIAN%C3%87AS-COM-S%C3%8DNDROME-DE-DOWN.pdf> Acesso em 15 nov. 2010.

LUBISCO, N. M. L. VIEIRA, S. C.; SANTANA, I. V. **Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses** 3 ed.rev. e ampl. – Salvador: EDUFBA, 2007.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do seu trabalho de pesquisa.** 2ª ed. Revista - São Paulo: Edições Loyola. 1994.

MACHADO, Katia da Silva. **A prática da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em classe regular: um estudo de caso com abordagem etnográfica.** Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2005. 108 f. Disponível em: http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/teses/pdf/machado_dissert.pdf. Acesso em 20 out. 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1ª ed. São Paulo. Moderna, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

ONU, Resolução Nº 37/52 de 3 de dez.1982. **Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência.** Disponível em: <http://www.mp.ma.gov.br/site/centrosapoio/DirHumanos/progAcaoMundial.htm> acesso em 10 de set.2010

SALVADOR. Secretaria Municipal da Educação Cultura, Esporte e Lazer **Regimento da SMEC.** Decreto Nº 19.854 de 13 de AGOSTO DE 2009. Disponível em: <http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/regimento-da-secult-2009.pdf> Acesso em 12/07/2010.

SANTOS, Alana Patrícia Rocha. **O ensino regular e o apoio educacional especializado no contexto da deficiência mental.** Monografia (Educação Especial) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. 74 f.

SANTOS. Jacineide Arão dos. **Diário de uma estagiária: a escola que vi de perto.** Monografia - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. 99 f.

SANTOS, Jaqueline Santana Nascimento dos. **Gestão escolar, poder local e formação cidadã: equação possível?** Dissertação de Mestrado em Administração Estratégica, Universidade Salvador - UNIFACS, Salvador 2006. P 69-71. Disponível em: http://tede.unifacs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=18 Acesso em: 19 out. 2010

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro. WVA. 2002.